



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

PULSO

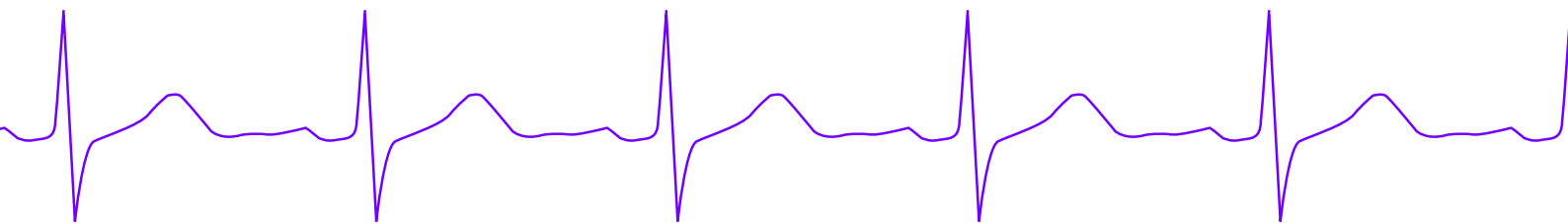
DA DESINFORMAÇÃO

Desinformação e democracia nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil

Apoio:



Ard-Chonsalacht na hÉireann | São Paulo
Consulate General of Ireland | São Paulo
Consulado-Geral da Irlanda | São Paulo



Sumário

Resumo	1
Introdução	2
Tendências de desinformação no Brasil	5
Narrativas de desinformação ao longo do tempo.....	10
Lidando com a desinformação nas eleições de 2022 ...	18
<i>O Judiciário atua de forma enérgica.....</i>	18
<i>Avanços nas redes sociais</i>	19
<i>A sociedade civil entra em ação</i>	21
O caminho a percorrer.....	23

PULSO

DA DESINFORMAÇÃO

Desinformação e democracia nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil

Carolina Taboada, Maria Eduarda Assis, Marina de Alkmim e Camila Godoy¹

Resumo

Campanhas de desinformação foram amplamente difundidas durante o período eleitoral de 2022 no Brasil. Embora a disseminação de mentiras intencionais e notícias falsas tenha começado muito antes, o escopo e a virulência dessa prática se intensificaram notoriamente nos últimos anos. Este artigo apresenta uma visão geral das tendências de desinformação observadas desde 2014 e analisa a dinâmica do ciclo eleitoral presidencial durante o período de agosto a outubro de 2022. Resumindo o monitoramento contínuo realizado pelo Instituto Igarapé em 2022, esta investigação se concentra em narrativas contra as instituições democráticas e seus impactos mais amplos. A conclusão traz uma análise das respostas apresentadas por agentes públicos, plataformas de redes sociais e sociedade civil para fazer frente a esse desafio. Aponta que a extrema direita foi muito mais ativa e efetiva na disseminação de mensagens do que a esquerda, o centro ou a mídia tradicional. Também observa que os esforços governamentais e civis para chamar a atenção e mitigar a desinformação foram em alguma medida efetivos, mas devem ser aperfeiçoados. O Instituto Igarapé trabalhou em estreita colaboração com o hub de pesquisadores Democracia em Xequê para desenvolver esse estudo.

Esta pesquisa contou com o apoio do Ministério de Relações Exteriores da Irlanda por meio do Stability Fund Grant 2022. O autor deste relatório assume total responsabilidade pelos comentários e opiniões expressos aqui.

Introdução

A desinformação tem se mostrado um dos principais desafios para a democracia e as instituições democráticas na era digital. A disseminação veloz de danos digitais² em suas várias formas – particularmente notícias falsas, teorias da conspiração e mentiras articuladas – representa riscos para a liberdade de expressão e o próprio processo eleitoral. O uso generalizado de redes sociais, plataformas de mensagens privadas e canais de comunicação online sem moderação testa os limites da governança democrática no mundo inteiro, incluindo o Brasil. O caso brasileiro, em particular, é um alerta sobre as ameaças digitais mais amplas que estão por vir, oferecendo lições práticas sobre como conter – e até mesmo reverter – os efeitos negativos da máquina global de desinformação.

Embora ninguém saiba até que ponto notícias falsas influenciam eleições, evidências recentes observadas no Brasil indicam que esses conteúdos se tornaram cada vez mais sofisticados e abundantes. Para entender melhor os efeitos desses danos digitais, o estudo a seguir propõe várias indagações:

- Qual a amplitude de disseminação da desinformação e notícias falsas?
- Quais mensagens ecoam mais?
- Qual a credibilidade dessas fontes para os usuários?
- Até que ponto a desinformação online se alastra para conflitos ou situações de violência do mundo concreto?
- Como surgem as contra-narrativas e em que medida elas são efetivas para refutar a desinformação?
- Tribunais podem impedir a disseminação de desinformação, desmonetizar seus fornecedores e obrigar plataformas de mídia a remover conteúdos?

As respostas a cada uma dessas perguntas podem ajudar a decifrar o impacto de certas narrativas na política nacional e na opinião pública e moldar medidas efetivas para combater a difusão e os efeitos dessas mensagens.

O Instituto Igarapé produziu a série “Pulso da Desinformação” (Disinformation Pulse) em 2022 para entender melhor as dimensões dos danos digitais e sua influência nas instituições democráticas do Brasil. O Instituto produziu uma dezena de relatórios breves focados principalmente no monitoramento da desinformação e de notícias falsas online entre agosto e dezembro de 2022. Um dos objetivos centrais era detectar as maneiras pelas quais narrativas online contribuíram para a corrosão da confiança no sistema eleitoral, minaram as instituições democráticas, incitaram apoiadores a agir e desacreditaram ou difamaram oponentes políticos. Cada relatório foi feito a partir de uma metarrevisão semanal dos resultados da escuta social publicada pelo hub de pesquisadores Democracia em Xequê, parceiro do Instituto Igarapé, sintetizando achados de várias plataformas, como Facebook, Instagram, TikTok, Twitter, YouTube, WhatsApp e Telegram, entre outras.

O estudo a seguir sintetiza as principais tendências identificadas na série de relatórios elaborados (não foram publicados) em 2022. Este resumo analisa redes importantes de desinformação que operaram no ecossistema digital durante as eleições de 2022, seus principais atores, alvos e táticas. O Instituto Igarapé passou a explorar como a desinformação online se alastrou pela esfera pública, alimentando tensões e instabilidade no mundo real. O relatório também examina como várias partes interessadas responderam institucionalmente à desinformação online, incluindo o setor público, plataformas digitais e sociedade civil.

Dentre as descobertas importantes que surgiram em 2022, destacam-se:

- As campanhas de desinformação aumentaram drasticamente no Brasil em 2022. Embora a extrema polarização política do país remonte a 2014, as campanhas de desinformação eleitoral online são mais recentes, tendo começado para valer no pleito presidencial de 2018. Na época, as instituições brasileiras foram pegadas de surpresa. Os eleitores foram atingidos por uma onda sem precedentes de conteúdo enganoso e conspiratório tendo as instituições democráticas como alvo e testando a resiliência do sistema eleitoral. Quatro anos depois, com 156 milhões de eleitores indo às urnas em outubro de 2022, construiu-se o amplo consenso de que a realização de eleições livres e justas dependia fundamentalmente da capacidade de o Brasil enfrentar essa crescente onda de desinformação.
- O Instituto Igarapé detectou quatro narrativas políticas abrangentes durante os três meses (agosto, setembro e outubro) da campanha oficial para a presidência em 2022. Elas incluem esforços online para: (i) reduzir a confiança no sistema eleitoral; (ii) atacar as instituições democráticas; (iii) difamar e diminuir a influência de adversários políticos; e (iv) influenciar os principais apoiadores a agir. Postagens nas redes sociais buscando minar a confiança no sistema eleitoral representaram mais de 32% dessas narrativas.
- A pesquisa de postagens e interações mostrou desempenho e engajamento superiores entre os grupos de extrema direita em quase todas as redes sociais de agosto a dezembro de 2022. Embora a esquerda tenha liderado no Facebook, publicando 491.183 vezes, enquanto a direita publicou 411.136 vezes (uma diferença de 16%), a esquerda ficou atrás em termos de engajamento online. A extrema direita registrou 361.252.816 interações no Facebook contra 217.605.851 da esquerda – quase 40% a menos. Esses números confirmam a percepção de que, embora a esquerda tenha acompanhado o ritmo de publicações do campo político oposto nas redes sociais, a extrema direita foi muito mais competitiva no engajamento de seus apoiadores e na divulgação de suas mensagens. Esse desempenho desequilibrado ajuda a explicar como, apesar de toda a resistência, tanta desinformação ainda tenha chegado aos eleitores.
- Analisando a desinformação ao longo do tempo, o Instituto e seus parceiros identificaram que os ataques mudaram de alvo: das instituições democráticas para o sistema eleitoral, com foco preferencial no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determinou reiteradamente a remoção de desinformação online e restringiu o uso, na campanha à reeleição de Bolsonaro, de imagens capturadas em eventos oficiais. Dessa forma, a proporção de ataques online contra instituições democráticas caiu acentuadamente (de aproximadamente 29% do total de casos para cerca de 17%) de agosto a outubro de 2022, enquanto aqueles dirigidos ao sistema eleitoral aumentaram (de 24% para 35%) no mesmo período.
- Uma narrativa persistente ao longo do segundo semestre de 2022 foi sobre regulação da mídia. O debate online sobre o assunto aumentou (de quatro casos em agosto para 43 em outubro) após uma série de decisões do TSE no sentido de restringir conteúdo desinformativo ou que ferisse abertamente a isonomia da campanha. Tais decisões foram repreendidas, especialmente por partidários de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como por libertários.

- Incidentes que ocorrem no mundo online são frequentemente um reflexo de eventos no mundo offline, mas às vezes o inverso também é verdadeiro. Especificamente, danos digitais, incluindo discursos agressivos e de ódio nas redes sociais, podem contribuir para intimidações, assédios e inclusive violência física. Cabe considerar que, logo após um aumento nas alegações de que “as pesquisas eleitorais não eram confiáveis” (quatro vezes de agosto a setembro), apoiadores de extrema direita de Bolsonaro agrediram com chutes e socos um pesquisador do Datafolha por supostamente distorcer os resultados da pesquisa para favorecer o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva.
- A reação contra a desinformação foi meticulosamente planejada. De fato, nos últimos anos, instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o TSE, plataformas de redes sociais e grupos da sociedade civil trabalharam nos âmbitos público e privado para enfrentar a desinformação, antes e durante o ciclo eleitoral de 2022. Embora haja muitos desafios pela frente, essas parcerias foram fundamentais para reduzir os danos e conter o problema. Essa experiência oferece lições para os próximos anos, tanto no Brasil quanto no mundo, e sugere caminhos para minimizar ainda mais o impacto das notícias falsas e das campanhas de desinformação para a democracia.
- As parcerias entre o TSE e as plataformas de redes sociais foram efetivas no combate à desinformação ao promover diversas perspectivas sobre possíveis soluções para o problema, incluindo os principais interessados no processo decisório. Embora esse pacto tenha representado um avanço, ele não resultou de um debate abrangente sobre o papel das plataformas de redes sociais na regulação dos conteúdos. Enquanto isso, o TSE e o STF foram extremamente ativos no combate à desinformação, ordenando a remoção de centenas de postagens nocivas e a desmonetização de canais de YouTube que disseminavam desinformação. Ambas as cortes sancionaram autoridades públicas flagradas usando seus canais para compartilhar notícias falsas, exigindo que as plataformas de mídia adotassem ações concretas de contenção.
- As empresas de tecnologia, que repetidamente falharam no combate à desinformação, agora são obrigadas por ordens judiciais a implementar políticas mais responsáveis. No entanto, essa abordagem judicial mais incisiva exacerbou a polarização política e atraiu acusações de censura por críticos de direita. Além disso, a atuação assertiva do Judiciário brasileiro foi um alerta sobre como a falta de regulação específica sobre esse assunto pode ser um convite ao arbítrio.
- A participação de organizações da sociedade civil no Observatório de Transparência nas Eleições (OTE) do TSE ajudou a fortalecer o Tribunal, que passou a sofrer ataques crescentes durante o processo eleitoral. Outras organizações monitoraram ativamente o ecossistema de desinformação nas redes sociais e compartilharam descobertas relevantes com as principais instituições encarregadas de conter os discursos nocivos, responsabilizar os responsáveis e ajudar a sinalizar riscos de incitação à violência por grupos pró-armas.

Este relatório está dividido em quatro seções. A primeira analisa as tendências de desinformação no Brasil e como elas evoluíram. A segunda apresenta a tipologia de narrativas desenvolvida pelo Instituto Igarapé para analisar as notícias falsas e os discursos de desinformação mais veiculados nas redes sociais, bem como a metodologia para contabilizá-los. A terceira explora os modos pelos quais atores públicos, privados e civis responderam a essas campanhas de desinformação nas eleições presidenciais de 2022 para garantir eleições livres e justas no

Brasil. A seção final oferece recomendações e caminhos para a construção de uma democracia mais forte e saudável, dado que as evidências apontam que os ataques não cessarão tão cedo.

Tendências de desinformação no Brasil

O Brasil demonstrou ser um verdadeiro laboratório de desinformação no mundo digital. Em 2018, as redes sociais desempenharam um papel fundamental na eleição de um líder populista de extrema direita.³ Desde então, elas têm se mostrado centrais na reformulação do cenário político nacional nos níveis federal, estadual e municipal.⁴ De modo análogo a outros líderes populistas, Jair Bolsonaro chegou ao poder contornando a mídia tradicional ou hegemônica e outros meios convencionais de engajar o eleitorado. Em vez disso, consolidou sua presença no espaço digital, buscando se comunicar diretamente com os eleitores por meio de plataformas online, especialmente Facebook, Twitter, Telegram e WhatsApp.

Uma das razões pelas quais Bolsonaro conseguiu expandir seu apelo online é o fato de que os brasileiros estão cada vez mais dependentes das mídias digitais.⁵ De fato, somos ávidos produtores e consumidores de conteúdo online.⁶ As redes sociais se tornaram centrais na forma como os brasileiros interagem e socializam. Somos muito mais propensos a nos comunicar pelo Facebook e pelo WhatsApp do que por chamadas telefônicas ou SMS. Embora um número crescente de brasileiros esteja conectado digitalmente, os níveis gerais de confiança nas instituições democráticas diminuíram nos últimos anos.⁷ Enquanto isso, a desinformação decolou. A primeira onda veio em 2014 e aumentou de forma drástica na campanha

de 2018.⁸ A tendência continuou durante as eleições municipais de 2020 e atingiu novos patamares nas eleições presidenciais de 2022.⁹

As eleições de 2018 marcaram uma virada no Brasil, com a estreia da disseminação maciça de notícias falsas e formas mais amplas de desinformação online. Narrativas que promoviam moralismo conservador e campanhas de difamação contra candidatos da oposição e jornalistas independentes proliferaram.¹⁰ O mesmo aconteceu com as acusações de fraude eleitoral – incluindo alegações de que as urnas eletrônicas não eram confiáveis.¹¹ Múltiplas mensagens de desinformação alimentaram dúvidas sobre os resultados eleitorais e buscaram desacreditar o sistema eleitoral.¹² A velocidade com que essas narrativas se espalharam pelas redes sociais permitiu que chegassem aos eleitores em proporções assustadoras, sobrecarregando o sistema da Justiça Eleitoral,¹³ que se esforçou para manter o ritmo e apresentar respostas efetivas.

Desde então, as iniciativas de combate à desinformação foram democratizadas, assim como o acesso público imediato às informações oficiais para fazer frente à disseminação de notícias falsas. Em 2020, o TSE criou a página “Fato ou Boato”, que concentrou a verificação de informações falsas em um único local, facilitando o acesso de todos os cidadãos sem cobrança de tráfego de dados (taxa zero) pelas operadoras de telefonia. A página atraiu quase 13 milhões de visualizações em 2020 e foi atualizada em 2022. A Justiça Eleitoral também lançou um *chatbot* (assistente virtual) do WhatsApp em 2020 – renovando-o em 2022 – que permitiu aos eleitores cruzar fontes de notícias e tirar dúvidas sobre o pleito. No mesmo ano, a campanha de mídia “Se for fake news, não transmita” capacitou os eleitores no que diz respeito aos perigos da disseminação de notícias falsas, e foi veiculada na TV, no rádio e nas redes sociais, atingindo cerca de 130 milhões de brasileiros. Em 2022, o TSE lançou a série #democraciaempílulas para destacar as ações do tribunal no combate à desinformação.

Em 2019, mais de 50 entidades públicas e privadas assinaram um acordo com o TSE para fornecer informações confiáveis ao eleitor brasileiro antes das eleições municipais de 2020. O Programa de Combate à Desinformação estabeleceu uma série de protocolos para permitir que as pessoas identificassem e verificassem casos de desinformação; compreendessem o processo eleitoral e as urnas eletrônicas; e reconhecessem informações falsas e práticas usadas para disseminar tais conteúdos.

Durante as eleições municipais de 2020, denúncias de fragilidade no sistema eleitoral inundaram as plataformas digitais.¹⁴ Ataques cibernéticos, incluindo um episódio de violação de privacidade, com a divulgação dos dados pessoais de servidores do TSE no primeiro turno das eleições daquele ano, intensificaram as suspeitas.¹⁵ Um segundo ataque teve como alvo os sistemas do TSE com a intenção de desligá-los (ataque de negação de serviço), mas foi rapidamente neutralizado. Embora especialistas tenham descartado quaisquer ameaças legítimas à integridade e segurança das eleições, apoiadores da extrema direita aproveitaram o episódio para reforçar as alegações de uma suposta fraude eleitoral.¹⁶ Ao longo da campanha, o TSE atuou de forma proativa, ampliando as parcerias com plataformas digitais e firmando convênios com pelo menos nove agências de checagem para combater a desinformação.¹⁷ Apesar dessas e de outras medidas, naquele momento as autoridades eleitorais do Brasil ainda estavam despreparadas para administrar a onda de desinformação sem precedentes que atingiria o auge nas eleições presidenciais de 2022.

Em 2021, o Tribunal Superior Eleitoral lançou outras iniciativas para combater a desinformação nas eleições seguintes, como o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação (PPED), que visa reduzir os efeitos mais nocivos da desinformação dirigida à Justiça Eleitoral, ao sistema de votação eletrônica e ao processo eleitoral em geral. Mais de 150 parceiros assinaram o acordo, incluindo as principais redes

sociais, plataformas digitais e provedores de internet, como Google, WhatsApp, Instagram, Facebook, TikTok, YouTube, bem como agências de checagem, instituições públicas e privadas, partidos políticos, entidades de pesquisa e organizações sociais, entre outros.

Durante a campanha de 2022, os principais alvos online de desinformação foram o sistema eleitoral e as autoridades eleitorais, começando pelo TSE e pelo STF. Além de danos digitais baseados em textos, conteúdos de vídeo duvidosos¹⁸ ganharam destaque em 2022: canais de extrema direita obtiveram engajamento recorde ao disseminar desinformação por meio de *lives*, entrevistas e *mesacasts*.¹⁹ Argumentos que buscavam deslegitimar o processo eleitoral ganharam força, como afirmações de que o TSE favorecia a campanha de Lula ao proferir decisões prejudiciais a Bolsonaro e seus apoiadores.²⁰

Para a análise destas dinâmicas também é importante ressaltar que as Forças Armadas desempenharam um papel fundamental no governo Bolsonaro, com militares ocupando milhares de cargos públicos. Algumas destas nomeações pareceram pretender alavancar a influência do Executivo sobre as instituições estatais.²¹ A presença massiva de militares em posições-chave do governo acabou sendo determinante no alinhamento de boa parte desse grupo ao discurso de descrédito ao sistema eleitoral. Além de pressionar a Justiça Eleitoral a atender à demanda de que as Forças Armadas assumissem um papel ativo na auditoria do processo de votação,²² alguns militares se juntaram ao coro compartilhando mensagens críticas às decisões da Corte sobre o assunto.²³

Os apoiadores de Bolsonaro levaram esses esforços a sério. Centenas deles se reuniram diante de quartéis após o término da contagem dos votos no segundo turno, clamando por uma intervenção armada para reverter os resultados das eleições.²⁴ Esses manifestantes foram destinatários regulares de notícias falsas e teorias da conspiração, disseminadas diariamente em todo o

país por meio de grupos de WhatsApp e Telegram. Com o intenso fluxo de mensagens reforçando protestos e mobilizações em tempo real, milhares de pessoas descontentes aparentemente se refugiaram em um universo paralelo de notícias falsas e ilusões em geral, acreditando que uma intervenção militar redentora estava próxima, a prisão do ministro do STF Alexandre de Moraes era iminente e o cancelamento das eleições, supostamente fraudulentas, era apenas uma questão de tempo.²⁵

Seguindo os passos de extremistas em todo o mundo, Bolsonaro e a extrema direita no Brasil buscaram alavancar o argumento da liberdade de expressão para justificar falsas alegações, discursos de ódio e a propagação de desinformação.²⁶ Embora o Judiciário brasileiro tenha declarado claramente que o direito à liberdade de expressão não era uma licença para infringir a lei,²⁷ ataques contra o sistema de Justiça – especialmente a ministros como Alexandre de Moraes²⁸ e Luís Roberto Barroso²⁹ – se seguiram, a maioria deles alegando um viés judicial a favor de Lula e da esquerda. O STF foi alvo preferencial no início das campanhas. Contudo, a partir de agosto, quando a disputa entrou em sua fase final, os holofotes se voltaram para o TSE após uma série de decisões determinando a retirada de conteúdos nocivos das redes sociais, especialmente do Youtube e do Telegram. Alguns críticos acusaram os tribunais de promover a censura,³⁰ ao restringir o conteúdo online que consideravam prejudicial.³¹ Uma afirmação frequente era a de que um futuro governo Lula iria emular ditaduras comunistas,³² restringindo as liberdades constitucionais e impondo controles draconianos sobre as redes sociais.³³ Líderes evangélicos³⁴ também desempenharam um papel fundamental ao jogar com os medos de seus fiéis em relação aos supostos planos do novo governo de impor políticas relacionadas ao que chamam de “ideologia de gênero” em sala de aula, à regulamentação de drogas, ao aborto e ao fechamento de igrejas.³⁵

A desconfiança generalizada em relação à imprensa tradicional entre os grupos de extrema direita repercutiu em suas redes sociais. Enquanto a esquerda abordava uma variedade de temas em suas comunidades online – denunciando casos de racismo e sexismo, comentando escândalos envolvendo celebridades ou compartilhando informações e inovações científicas –, o ecossistema online de direita, segundo nossa análise, se concentrava na política. Esses grupos deram amplo alcance às vozes que desacreditavam o processo eleitoral e atacavam as instituições.³⁶ A julgar pelos decibéis, organização e engajamento, a extrema direita desde 2018 vem vencendo a guerra da desinformação, principalmente no YouTube e no Twitter. A esquerda, ao contrário, gozou de vantagem em determinados períodos do ciclo eleitoral de 2022, ampliando postagens e interações no Instagram e no Facebook.

Para analisar como esses discursos foram desenvolvidos e disseminados nas redes sociais, o Instituto Igarapé colaborou com o hub de pesquisadores Democracia em Xequê, que atua contra a desinformação e ameaças à democracia. Além de listar conteúdos virais, a metodologia também permite a agregação por segmento político. Os gráficos abaixo contabilizam o total de postagens de cada segmento entre agosto e dezembro de 2022, bem como seus números de engajamento no Facebook e no Instagram. Embora a esquerda postasse consistentemente mais do que a extrema direita no Instagram – e, na maioria dos meses, também no Facebook –, a extrema direita sempre foi superior em engajamento, mesmo depois de sofrer perdas nas pesquisas.

Figura 1. Postagens no Facebook envolvendo eleições - Agosto-Dezembro 2022 (Brasil)

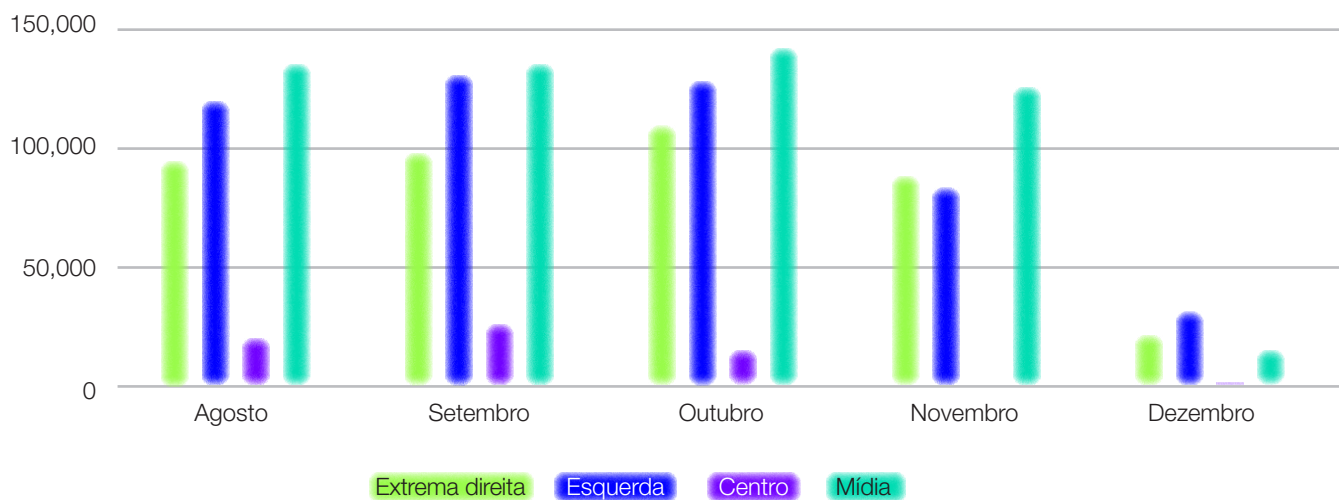


Figura 2. Engajamento do usuário com questões eleitorais - Agosto-Dezembro 2022 (Brasil)

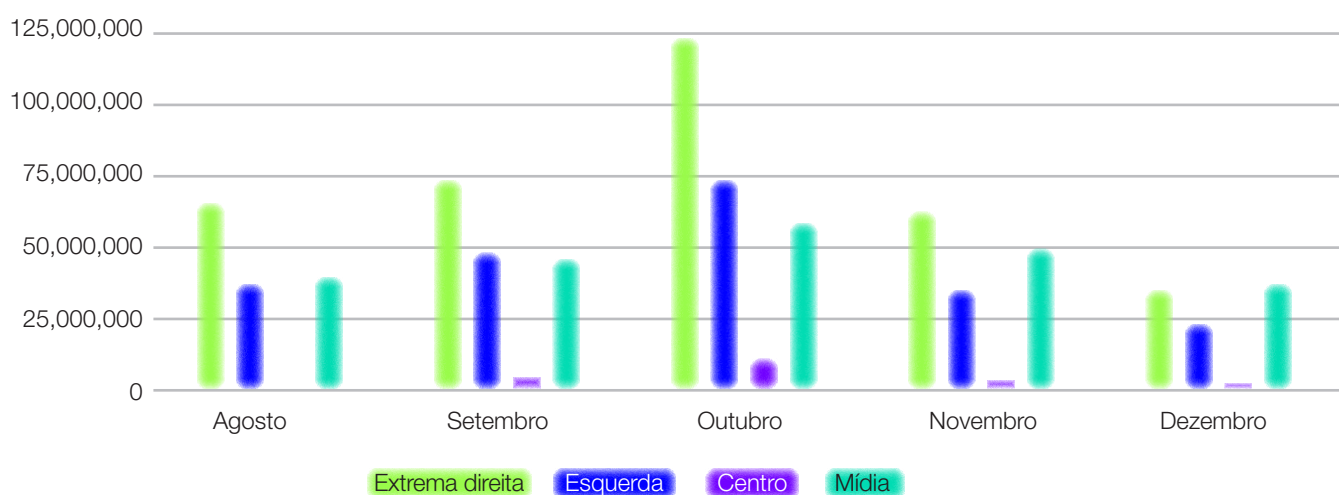
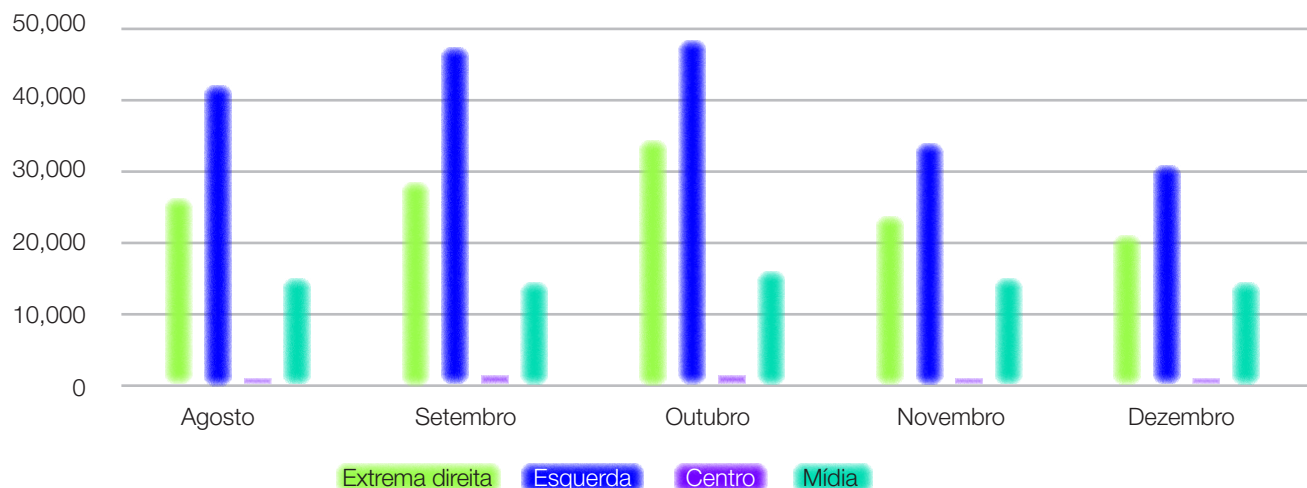
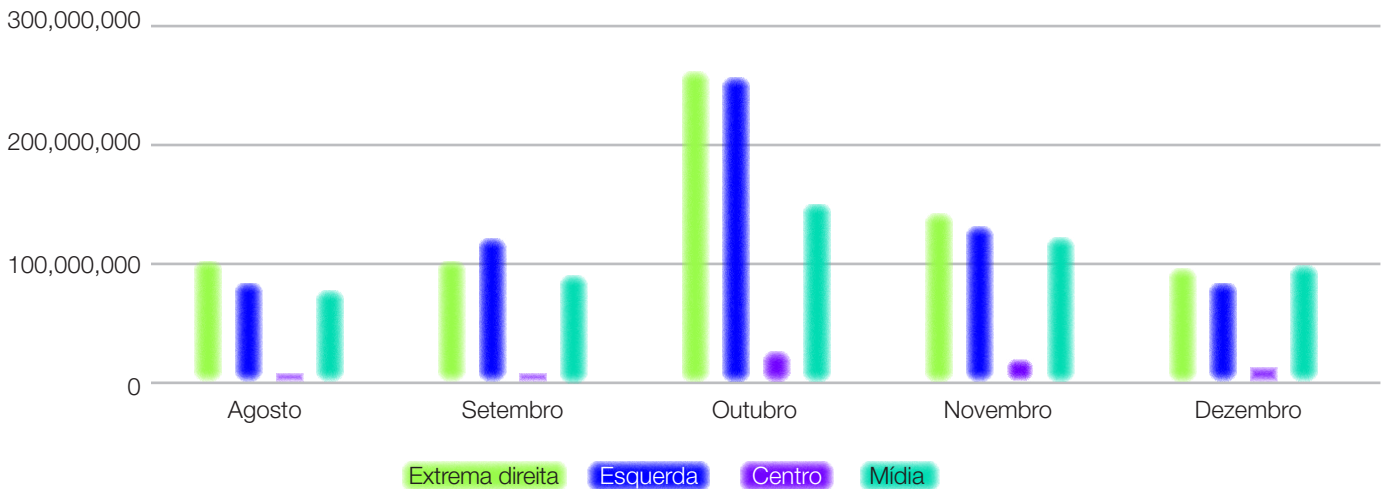


Figura 3. Postagens no Instagram envolvendo questões eleitorais - Agosto-Dezembro 2022 (Brasil)



Fonte: Instituto Igarapé com dados do Democracia em Xequê (2023)

Figura 4. Interação do Instagram com assuntos eleitorais - Agosto-Dezembro 2022 (Brasil)

Fonte: Instituto Igarapé com dados do Democracia em Xequê (2023)

Os apoiadores de Bolsonaro provaram ser verdadeiros militantes da web, habilmente explorando suas redes para se comunicar diretamente com um público amplo, espalhar desinformação e fortalecer sua marca política.³⁷ Não surpreende que alguns dos rostos mais conhecidos da direita por disseminarem narrativas contra o Judiciário e o sistema eleitoral nas redes sociais – incluindo a deputada federal Carla Zambelli e os então candidatos Nikolas Ferreira e Gustavo Gayer – tenham tido resultados eleitorais impressionantes. Nikolas Ferreira, um ex-vereador de 26 anos e defensor declarado de Jair Bolsonaro, obteve 1,49 milhão de votos, mais do que qualquer outro candidato ao Congresso em todo o país.

Tendo obtido pouco sucesso em conter as notícias falsas nos dois ciclos eleitorais anteriores (2018 e 2020), o TSE buscou as principais empresas de tecnologia responsáveis pelas plataformas digitais. Esses contatos resultaram em uma série de medidas que vão da penalização dos patrocinadores econômicos de contas que propagam desinformação – como a desmonetização de canais e páginas que propagam notícias falsas – à assinatura de acordos coletivos e compromissos formais de pacificação das redes sociais.³⁸ Embora essas iniciativas tenham alcançado resultados positivos, seu próprio sucesso gerou novas controvérsias. A principal delas era a questão de punir ou não – e como – propagadores de desinformação que foram eleitos democraticamente.

Narrativas de desinformação ao longo do tempo

Os brasileiros são usuários ávidos de redes sociais, representando o maior grupo deste perfil fora da Ásia e dos Estados Unidos.³⁹ Em um país de cerca de 215 milhões de habitantes (2022), o WhatsApp tem mais de 165 milhões de usuários, seguido por YouTube (138 milhões), Instagram (122 milhões), Facebook (116 milhões), TikTok (73,5 milhões) e Twitter (19 milhões).⁴⁰ Não é de surpreender que notícias falsas circulem rápida e amplamente em todas essas plataformas, principalmente porque elas não têm o tipo de moderação de conteúdo robusta registrada na América do Norte e na Europa Ocidental. O Instituto Igarapé avaliou o escopo e a escala da desinformação nas principais plataformas entre agosto e outubro de 2022.

Para avaliar a dinâmica da desinformação no Brasil, o Instituto desenvolveu uma tipologia conceitual para organizar narrativas, atores e vetores.⁴¹ As quatro principais narrativas de desinformação examinadas dizem respeito a (i) reduzir a confiança no sistema eleitoral; (ii) atacar instituições democráticas; (iii) difamar e diminuir a influência de adversários políticos; e (iv) influenciar os principais apoiadores a agir (ou dissuadir os oponentes a não agir). Cada uma dessas narrativas também inclui várias “subnarrativas” detalhadas na tabela abaixo (ver Tabela 1).

TABELA 1. Uma tipologia das narrativas de desinformação no Brasil

NARRATIVA	DESCRIÇÃO	SUBNARRATIVAS
Narrativa 1: reduzir a confiança no sistema eleitoral⁴¹	A primeira narrativa busca reduzir a confiança no sistema eleitoral brasileiro, questionando a integridade das instituições que a ele pertencem.	<ul style="list-style-type: none"> • Cédulas impressas são o único método confiável; • As urnas eletrônicas não são confiáveis; • As pesquisas eleitorais não são confiáveis; • Aumento do envolvimento de militares no processo eleitoral; • Aumento do envolvimento de policiais no processo eleitoral; • Alegação de fraude e incompetência do TSE; • Ataques contra o TSE; • Ataques contra o ministro Alexandre de Moraes.⁴²
Narrativa 2: ataques a instituições democráticas	A segunda narrativa tem como alvo as instituições democráticas e é caracterizada pela retórica autoritária, de ameaça aos demais poderes.	<ul style="list-style-type: none"> • O Judiciário favorece a esquerda brasileira; • Impeachment de juízes; • Ataques contra o STF; • Ataques contra outras instituições (Legislativo / Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) / Ministério Público (MP)).

NARRATIVAS	DESCRIÇÃO	SUBNARRATIVAS
<p>Narrativa 3: difamação e diminuição da influência de adversários políticos</p>	<p>A terceira narrativa busca difamar e diminuir a influência de adversários políticos, mobilizando uma guerra cultural e lançando campanhas de ódio uns contra os outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Regulação da mídia; • Alegações falsas e incendiárias feitas contra a imprensa/mídia tradicional e influenciadores; • Ataques a aliados políticos de Lula/PT; • Associação de Lula/PT ao nazismo; • Associação de Lula/PT a criminosos e ao tráfico de drogas; • Associação de Lula/PT ao comunismo e à ditadura; • Associação de Lula/PT à corrupção; • Associação de Lula/PT à invasão de terras; • Associação de Lula/PT ao sexismo; • Ataques a Bolsonaro e seus aliados políticos; • Associação de Bolsonaro/aliados à perversão sexual e moral; • Associação de Bolsonaro/aliados ao canibalismo; • Associação de Bolsonaro/aliados à maçonaria.
<p>Narrativa 4: influenciar os principais apoiadores a agir</p>	<p>A quarta narrativa visa mobilizar os principais apoiadores para agir, a fim de moldar a opinião pública ou influenciar o comportamento de grupos específicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Luta do bem contra o mal; • Risco de ideologias baseadas em gênero e identidade; • Ameaças do comunismo e da ditadura; • Tentativas de abordar alguns grupos específicos; • Tentativas de abordar grupos historicamente marginalizados; • Tentativas de aproximação com o público nordestino; • Tentativas de aproximação com o público religioso; • Tentativas de abordar grupos armados; • Protestos contra resultados eleitorais.

Para monitorar essas narrativas e entender melhor seu impacto ao longo das eleições, o Instituto Igarapé trabalhou com o hub de pesquisadores Democracia em Xequê. Ao longo de vários meses, a equipe examinou conteúdos nas seguintes plataformas: Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp, Gettr, Telegram e TikTok. O Instituto analisou e categorizou os dados de acordo com as narrativas particulares que expressavam, construindo a lista de subnarrativas conforme os assuntos abordados. Após esse período de análise qualitativa, o Instituto classificou todas as postagens em relação às narrativas correspondentes e às subnarrativas específicas promovidas mês a mês. A seguir, apresentaremos nossa análise dos dados.

O Instituto Igarapé identificou 298 casos que incluem tentativas de reduzir a confiança no sistema eleitoral, 197 incidentes visando instituições democráticas, 239 esforços para claramente difamar e diminuir a influência de adversários políticos e 177 campanhas incitando os principais apoiadores a agir com base em alegações falsas. As narrativas surgiram a partir de eventos offline, ou mesmo como tática para influenciar o andamento do processo eleitoral. Vale mencionar que essas estatísticas não refletem todas as postagens de redes sociais sobre essas questões. O banco de dados oriundo da pesquisa fornece uma amostra de casos que refletem os seguintes critérios: (i) números de engajamento – todos os casos contabilizados estiveram entre as postagens mais compartilhadas, curtidas e visualizadas em uma determinada semana em suas plataformas; e/ou (ii) atores de desinformação pré-selecionados, com relevância no cenário político; e (iii) conteúdo relacionado à disputa eleitoral.

Figura 5. Presença das narrativas de agosto a outubro de 2022

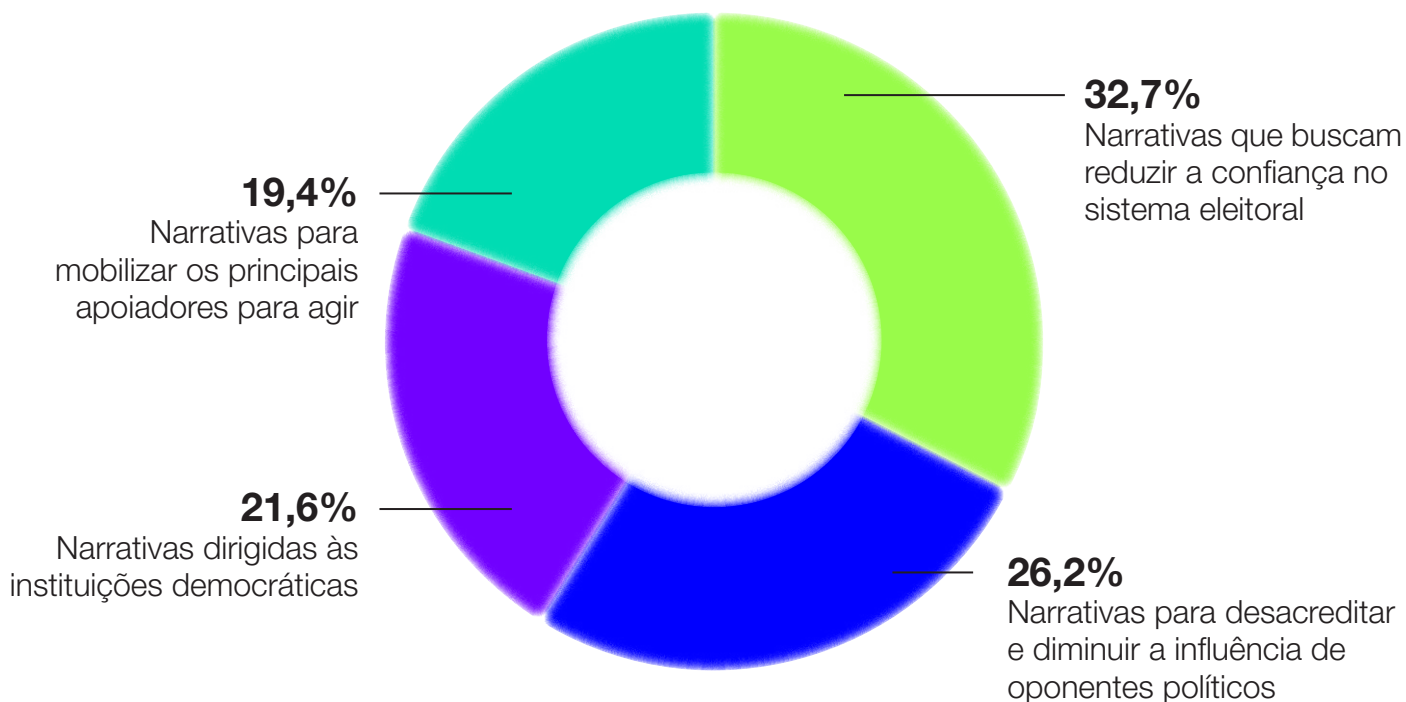
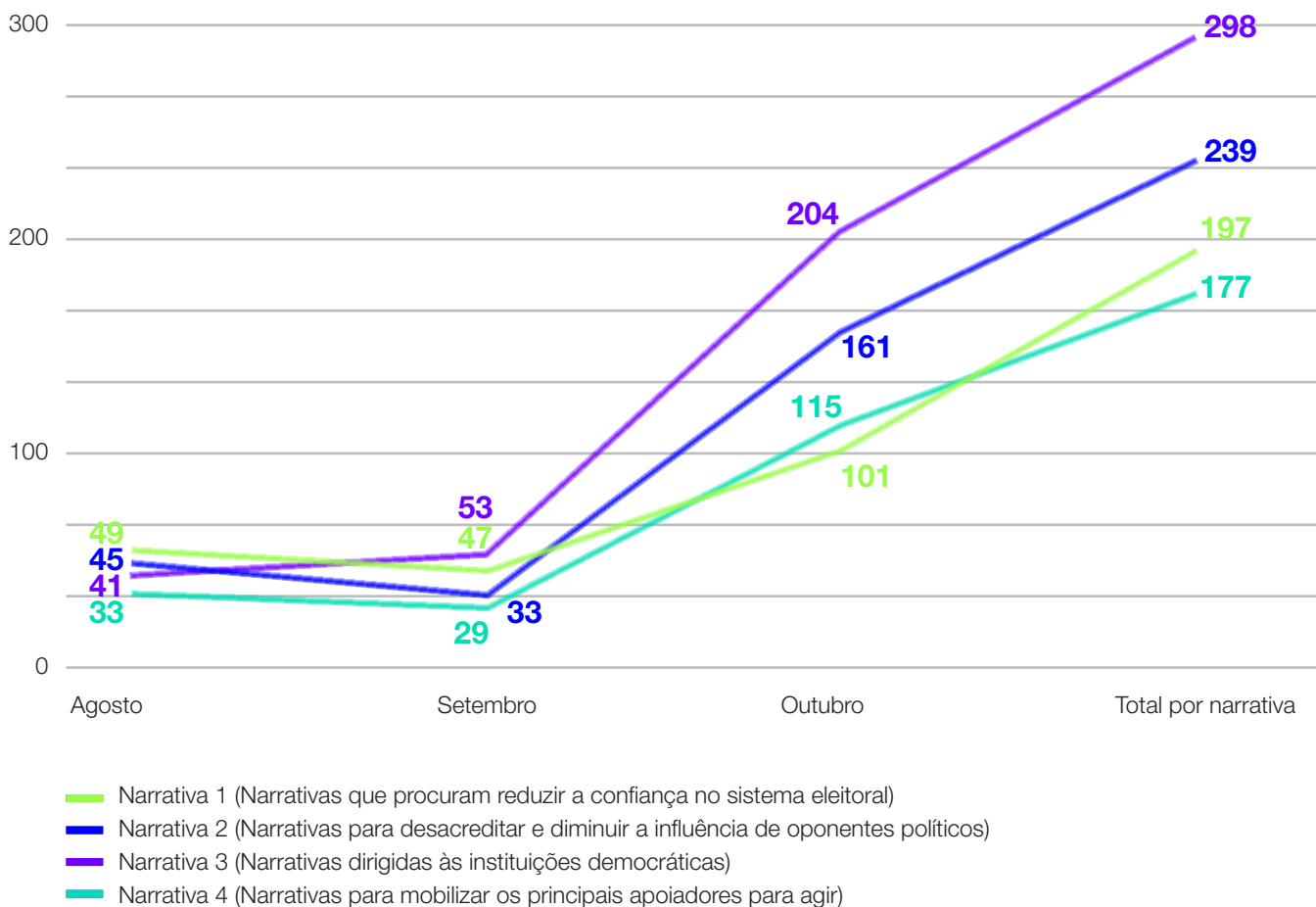


Figura 6. Presença das narrativas de agosto a outubro de 2022



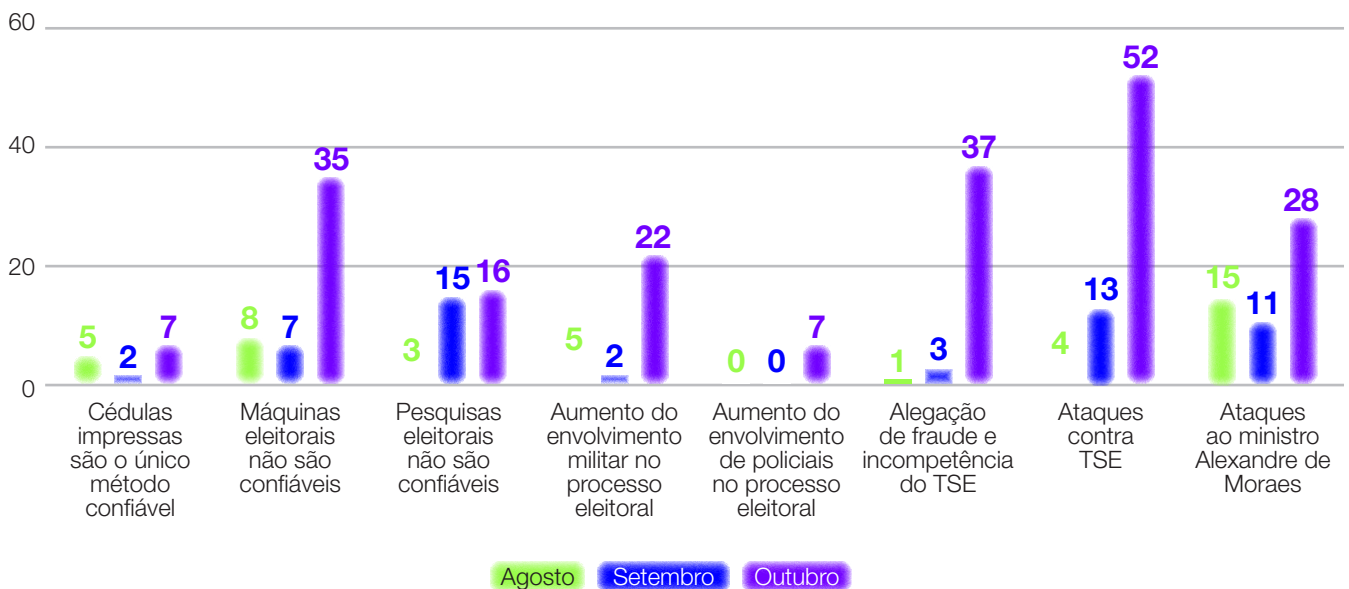
Fonte: análise elaborada pelo Instituto Igarapé com base em relatórios do Democracia em Xequê.

Ao longo das eleições de 2022, os alvos dos ataques parecem deslocar-se das instituições democráticas, como o STF, para o próprio processo eleitoral e, principalmente, o TSE. As narrativas para minar a confiança no sistema eleitoral se multiplicaram, passando de cerca de 24% do total de casos em agosto para 35% em outubro. As mensagens antissistema eleitoral ultrapassaram aquelas que procuravam desacreditar as instituições democráticas, que, apesar de dominarem os primeiros relatórios, caíram de aproximadamente 29% do total de casos em agosto-setembro para cerca de 17% em outubro.

A tendência não surpreende. O TSE, afinal, é o órgão responsável por julgar casos envolvendo candidatos e proferir decisões que podem afetar a campanha em tempo real.⁴³ Durante

o período eleitoral, o TSE proferiu diversas decisões para derrubar conteúdos online falsos e enganosos.⁴⁴ Diante da disseminação viral de desinformação em meio a uma campanha eleitoral volátil, tornaram-se comuns decisões liminares monocráticas – proferidas em caráter de urgência individualmente por um ministro – ordenando a retirada imediata de conteúdos enganosos, as quais eram posteriormente confirmadas pelo plenário conforme determina a lei.⁴⁵ No entanto, a velocidade de tais decisões atraiu intenso escrutínio. Críticos contestaram o tribunal por supostamente adotar juízos enviesados e restringir a liberdade de expressão. Quanto mais decisões o TSE proferia para remover conteúdo, mais elas eram criticadas por serem supostamente tendenciosas.

Figura 7. Subnarrativas sobre tentativas de reduzir a confiança no sistema eleitoral (agosto-outubro de 2022)



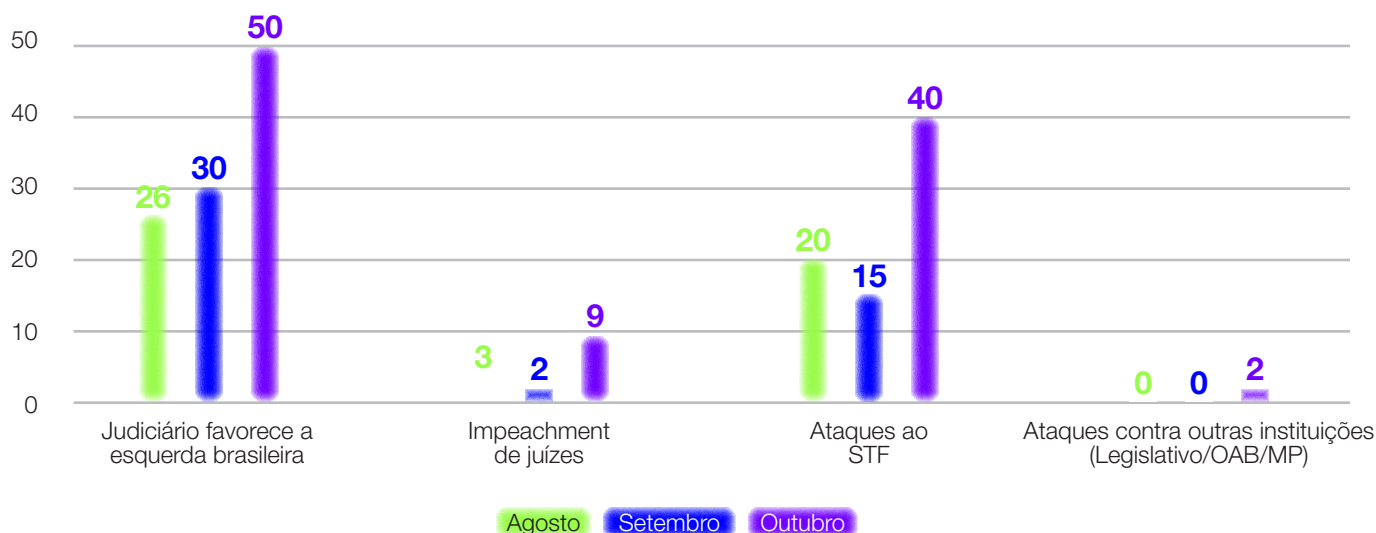
Fonte: análise elaborada pelo Instituto Igarapé com base em relatórios do Democracia em Xeque (2023)

Em setembro, as afirmações online de que “as pesquisas eleitorais não são confiáveis” aumentaram acentuadamente, de 7% para 28% de todas as subnarrativas nesta sessão, provavelmente refletindo as tentativas eleitorais de mobilizar eleitores de direita em um momento no qual as pesquisas apontavam Lula como favorito. A lógica por trás desses ataques era a crença de que o sistema estava sendo manipulado contra Bolsonaro, de modo a desencorajar seus eleitores a votar. Daí os apelos para que os apoiadores ignorassem as pesquisas “pró-Lula” e a imprensa e prestassem atenção nas ruas, onde os apoiadores de Bolsonaro compareciam em grande número. Tais apelos apontavam para as manifestações do 7 de Setembro, transformadas pela campanha de Bolsonaro em comícios.

Um incidente em particular dominou as redes sociais durante o segundo turno, em 30 de outubro de 2022. Vídeos mostraram a Polícia Rodoviária Federal (PRF) interrompendo o trânsito em vários postos de controle em todo o Brasil para uma alegada “operação padrão”, atrasando o deslocamento de eleitores que se dirigiam às urnas. Essas barreiras foram montadas sobretudo no Nordeste, reduto eleitoral de Lula. As operações da PRF foram realizadas à revelia das ordens explícitas do então presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, às vésperas das eleições, no sentido de interromper todas as operações que pudessem impedir o acesso de eleitores às seções eleitorais. As opiniões nas redes sociais sobre esses incidentes geraram uma divisão, com um lado alertando sobre um possível golpe e pedindo para “deixar o Nordeste votar” e postagens pró-Bolsonaro clamando para “deixar a polícia fazer seu trabalho”.

Outra narrativa popular de campanha afirmava que o sistema era manipulado para favorecer Lula e, portanto, ilegítimo. Essa tática foi usada para atacar o sistema eleitoral à medida em que as ordens do TSE para coibir a desinformação surtiam efeito, mas também para atacar outras instituições democráticas e o Judiciário em geral. Alguns grupos de direita também pediram o impeachment de ministros do STF, alguns dos quais também faziam parte do TSE, conforme abaixo.

Figura 8. Subnarrativas dirigidas às instituições democráticas (agosto-outubro de 2022).



Fonte: análise elaborada pelo Instituto Igarapé com base em relatórios do Democracia em Xequê

Entre o primeiro e o segundo turno das eleições de outubro de 2022, as tensões aumentaram à medida que as campanhas online se tornaram mais barulhentas. O TSE e o STF foram os alvos preferenciais, reiteradamente acusados de incentivar a fraude eleitoral por não utilizar cédulas impressas, negar aos militares um papel direto na auditoria das urnas eletrônicas e limitar o acesso ao código-fonte das urnas eletrônicas. De acordo com alguns críticos, a falta dessas supostas salvaguardas abriria as portas para hackers, incentivando tentativas de burlar o algoritmo da urna eletrônica ou permitindo que eleitores se passassem por outras pessoas para votar.⁴⁷ O sistema eleitoral não foi o único alvo. Muitas outras instituições democráticas também receberam críticas – como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Forças Armadas e o Senado – por não coibirem os supostos excessos de ambos os tribunais.⁴⁸

Quando os resultados das eleições foram finalmente anunciados, não causou surpresa que os descontentes de direita pressionassem o governo a invocar o Artigo 142 da Constituição, uma cláusula que, por mencionar a garantia da lei e da ordem, passou a ser interpretada erroneamente pela extrema direita como uma autorização para a intervenção das Forças Armadas nos outros poderes. Poucas horas depois de Lula ser declarado vencedor, caminhoneiros se mobilizaram para fechar estradas em todo o país. Apoiadores radicais de Bolsonaro logo se juntaram a eles,⁴⁹ exigindo intervenção militar.⁵⁰ Segundo a Polícia Rodoviária Federal, cerca de 320 bloqueios⁵¹ aconteceram simultaneamente em todo o Brasil, com manifestantes anunciando que os militares logo confirmariam as suspeitas de fraude eleitoral e interviriam para anular a vitória de Lula nas urnas.⁵² A PRF voltou a ser investigada quando se espalharam vídeos mostrando patrulhas rodoviárias ignorando os bloqueios ou até mesmo colaborando com os manifestantes.⁵³

Só quando o ministro Alexandre de Moraes autorizou a intervenção das polícias estaduais é que as barreiras começaram a ser desmanteladas.⁵⁴ No entanto, muitos manifestantes não se intimidaram e migraram para os portões de quartéis em todo o país, clamando dia e noite para que os militares revertessem os resultados das eleições.⁵⁵ Esses acampamentos só foram desmantelados por ordem do STF após os atentados de 8 de janeiro de 2023, uma insurreição de apoiadores de Bolsonaro, em Brasília, que invadiu o STF, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.⁵⁶

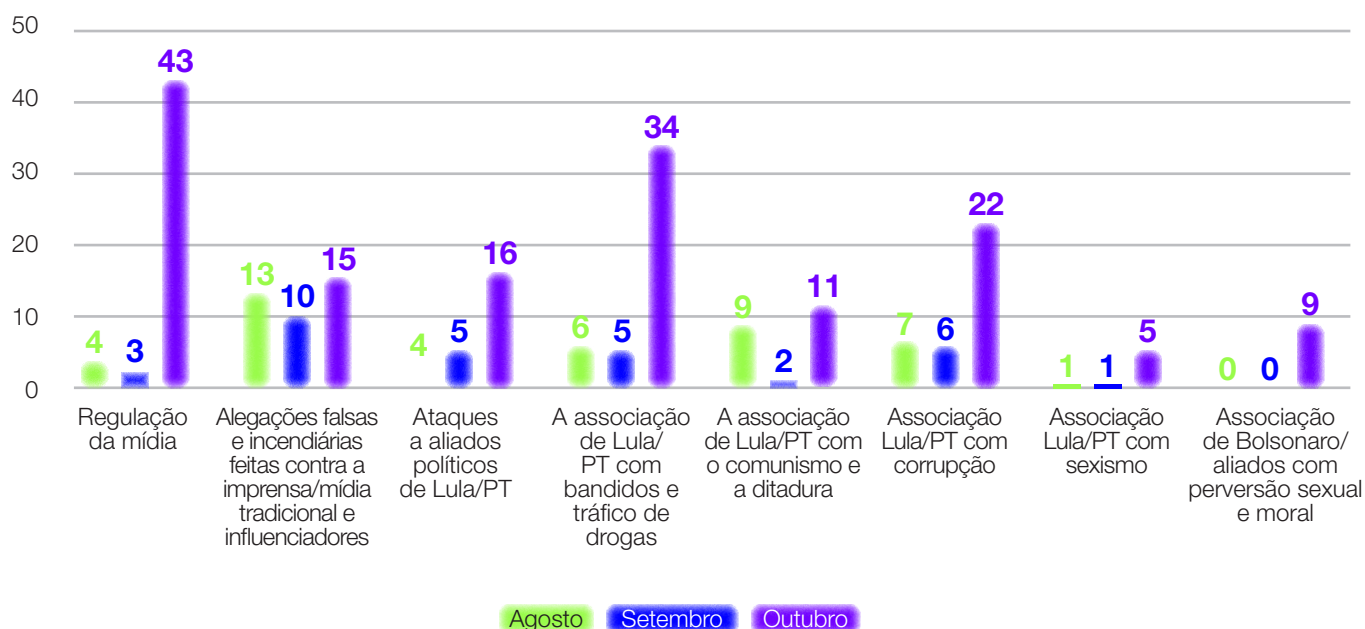
Essa sequência turbulenta de eventos exemplifica como o Judiciário brasileiro – tanto o Supremo Tribunal Federal quanto a Justiça

Eleitoral – se uniu para conter uma ameaça real de ruptura democrática. Revendo os casos monitorados, também observamos que a raiva no ambiente online alternou durante os três meses em análise. Em agosto de 2022, o STF atraiu cinco vezes mais ataques nas redes sociais (20) do que o TSE (4). O pêndulo voltou a oscilar em setembro de 2022, com ataques contra o STF caindo (15), enquanto a raiva online contra a Justiça Eleitoral voltava a crescer (13). Em outubro de 2022, os dois tribunais se tornaram alvos preferenciais, com o STF recebendo 40 ataques, e TSE sendo atacado 52 vezes. Ministros da Justiça Eleitoral também foram alvo de 37 críticas, 28 delas dirigidas ao então presidente do TSE, Alexandre de Moraes.⁵⁷

Como fica claro, os órgãos judiciais encarregados de regular as eleições atuaram com firmeza e urgência no desenrolar da conturbada disputa eleitoral. Isso incentivou uma das subnarrativas mais ressonantes: o clamor da extrema direita sobre supostos movimentos de “regulação da mídia”. Tais comentários respondiam a uma série de decisões que restringiram a disseminação de informações incontestavelmente falsas ou que ajudavam a espalhar conteúdo enganoso.⁵⁸ Exemplos incluem: (i) comentários fora de contexto do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, o qual citava condenações de Lula por corrupção, desde então anuladas;⁵⁹ (ii) um documentário tendencioso sobre Lula do portal de direita Brasil Paralelo;⁶⁰ e (iii) a ofensiva de desinformação contra Lula por outra plataforma de direita, a Jovem Pan, que foi condenada a concedê-lo direito de resposta.⁶¹ Essas decisões foram caracterizadas, especialmente por grupos de extrema direita, como parciais, autoritárias e evidências da existência de uma “ditadura do judiciário” do Brasil.⁶²

Ataques diretos a Lula e Bolsonaro por campos opostos aumentaram em outubro, entre o primeiro e o segundo turno. Embora Lula tenha sido o alvo da maioria dos ataques, as postagens anti-Bolsonaro também dispararam em várias plataformas. Foi possível observar pela primeira vez um uso articulado de campanha de desinformação em redes sociais pela esquerda brasileira. Embora seus ataques mais agressivos tenham sido menos frequentes se comparados com os proferidos pela extrema direita, sua presença constante manteve a campanha de Bolsonaro na defensiva, forçando os eleitores de direita a lidar com e responder aos ataques. Uma amostra das narrativas que antecederam o segundo turno de 30 de outubro incluía *direitistas* (i) repetidamente rotulando Lula de criminoso e de “tudo menos inocente”;⁶³ (ii) associando Lula e a esquerda a criminosos e organizações criminosas;⁶⁴ (iii) acusando Bolsonaro de canibalismo⁶⁵ e pedofilia;⁶⁶ e (4) atribuindo um vínculo do mandatário à maçonaria.⁶⁷

Figura 9. Subnarrativas relacionadas ao descrédito e diminuição da influência de oponentes políticos (agosto-outubro de 2022)



Fonte: análise elaborada pelo Instituto Igarapé com base em relatórios do Democracia em Xequê

A imagem muda quando se avalia campanhas de desinformação voltadas para a mobilização de apoiadores. Os esforços da extrema-direita aumentaram rapidamente antes do segundo turno, em 30 de outubro de 2022. Essa estratégia incluiu mensagens para: (i) manter os apoiadores entusiasmados diante do fato de Bolsonaro estar atrás de Lula nas pesquisas; (ii) ampliar os votos nos segmentos com pior desempenho no primeiro turno; e (iii) incentivar eleitores indecisos a votar em Bolsonaro. Em setembro de 2022, uma subnarrativa rotulada como “tentativas de abordar o público historicamente marginalizado” (incluindo mulheres e eleitores negros) ganhou força, provavelmente em resposta às pesquisas que mostravam Bolsonaro atrás de Lula por grandes diferenças de votos entre esses grupos. Observamos neste ponto um crescimento exponencial de campanhas desinformativas do espectro político do então presidente Bolsonaro para cortejar os eleitores do Nordeste, onde as pesquisas favoreciam Lula na proporção de 2:1.⁶⁸

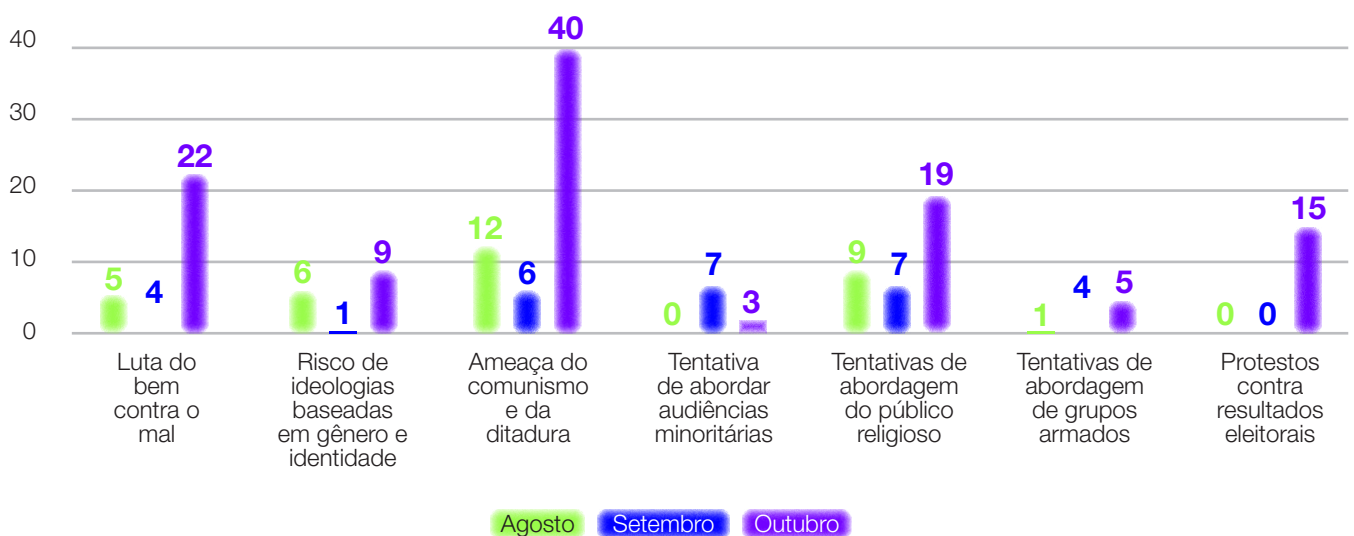
A propagação do medo também aumentou, inclusive por parte de grupos de interesse de extrema direita que alardeavam a suposta ameaça do comunismo caso Lula vencesse. De fato, o Instituto Igarapé observou um aumento de quatro vezes nas afirmações de que a disputa entre Bolsonaro e Lula se resumia a uma luta do bem contra o mal. Uma narrativa comum dizia que uma vitória de Lula não seria apenas uma vitória para o comunismo, mas também colocaria o Brasil no caminho para se tornar a próxima Venezuela, onde governa o autocrata Nicolas Maduro, ou uma enorme Nicarágua, onde Daniel Ortega dita as regras.⁶⁹

Afirmações sobre fé e moralidade sempre tiveram um papel importante no debate político do Brasil, onde cerca de 50% da população se declara católica e 31% cristã evangélica.⁷⁰ Na campanha de 2022, no entanto, os apelos ao moralismo atingiram seu ponto mais alto, já que pastores evangélicos politicamente ativos exaltaram a candidatura de Bolsonaro à reeleição como “uma guerra santa” e imploraram aos cristãos tementes a Deus que não se abstivessem de votar. Dessa vez,

porém, a esquerda entrou na briga e inundou a internet com fotos de Bolsonaro em meio a uma congregação de maçons,⁷¹ que muitos brasileiros consideram uma seita anti-cristã.

Em outro episódio, a deputada federal reeleita Carla Zambelli, uma das mais fiéis aliadas do presidente – canalizando o grupo de conspiração de direita norte-americano QAnon –, foi ao Facebook compartilhar um discurso da então ministra Damares Alves, que associava a esquerda ao narcotráfico, ao estupro e ao tráfico de crianças.⁷² “Ele [Bolsonaro] tem uma compreensão que vocês não têm ideia. Fomos para ilha do Marajó e lá descobrimos que nossas crianças estavam sendo traficadas por lá. (...) A guerra contra Bolsonaro que a imprensa levantou, que o Supremo levantou, que o Congresso levantou, acreditem, não é uma guerra política, é uma guerra espiritual.(...) A gente agora, como igreja, tem uma decisão pra tomar. A gente vai continuar essa luta e tirar essas crianças da mão de Moloque ou nós vamos entregar essa nação?”, afirmou Alves, enquanto fazia campanha para Bolsonaro⁷³. Damares Alves foi eleita senadora nas eleições de 2022.

Figura 10. Subnarrativas relacionadas a tentativas de influenciar os principais apoiadores a agir (agosto a outubro de 2022)



Fonte: elaborado pelo Instituto Igarapé com base nos relatórios do Democracia em Xequê (2023)

Lidando com a desinformação nas eleições de 2022

Após anos de tentativa e erro, os atores públicos, privados e civis brasileiros deram passos importantes para enfrentar a onda de desinformação contendo narrativas prejudiciais à democracia e salvaguardando eleições livres e justas. O Judiciário, especialmente o TSE e o STF, assumiu a liderança ordenando que as plataformas removessem notícias falsas e eventualmente sancionando seus provedores durante as eleições de 2022. Esse protagonismo, por sua vez, levantou o debate sobre os limites do Estado em regular o conteúdo das redes sociais sem cercear a liberdade de expressão. Também evidenciou a hesitação de outras instituições nacionais em enfrentar o problema, o que pode ter contribuído para que os tribunais endurecessem suas decisões.

Os principais parceiros no combate à desinformação em 2022 foram plataformas, agências de checagem, instituições públicas e privadas, partidos políticos, entidades de pesquisa, organizações sociais e o TSE. Juntos, eles apoiaram a detecção, dissuasão e remoção de conteúdo digital mal-intencionado. Mediante acordos formais, as plataformas se comprometeram a combater a desinformação por meio da moderação de conteúdos nocivos, abertura de canais de denúncia e divulgação de informações qualificadas. A sociedade civil atuou como guardiã do cumprimento desses compromissos, denunciando canais e conteúdos nocivos.

O Judiciário atua de forma enérgica

O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral se juntaram a várias outras instituições oficiais e grupos cívicos para dissuadir e interromper a desinformação durante as eleições. Entre 2018 e 2022, por exemplo, pelo menos 33 campanhas foram criadas para esse fim, incluindo programas de combate à desinformação e medidas para investigar e responsabilizar os propagadores de notícias falsas.⁷⁴ Outras iniciativas incluíram o estabelecimento de parcerias com plataformas para identificar e controlar a disseminação de conteúdo nocivo e apoiar a remoção de conteúdo falso das redes sociais.

Ciente da reação pública à sua atuação, em 2021 o TSE lançou o Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral (PROFI), para construir a confiança no processo eleitoral brasileiro e reafirmar ao público a imparcialidade, o profissionalismo e o papel central da Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral também divulgou o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (PPED), parceria do TSE com mais de 150 instituições, incluindo as principais redes sociais, agências de checagem e ativistas da sociedade civil.

Em outro movimento, o TSE lançou a Comissão de Transparência das Eleições (CTE), reunindo especialistas em tecnologia e atores institucionais para repensar formas de melhorar a segurança eleitoral, aumentar a transparência e estimular a participação de especialistas, instituições públicas e entidades da sociedade civil no monitoramento das eleições. A Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação (Frente) foi criada para reforçar a credibilidade do processo eleitoral, envolvendo, entre outros, mais de 2 mil oficiais da Justiça Eleitoral na luta contra a desinformação. Somando-se a essas medidas, o TSE também criou o Sistema de Alerta de Desinformação, encarregado de comunicar

as plataformas digitais sobre conteúdos enganosos e danos digitais. Dependendo da gravidade do caso sob análise, o Sistema de Alerta também poderia encaminhar um relatório ao Ministério Público Eleitoral (MPE) e demais autoridades para a adoção de medidas legais cabíveis.

Complementando essas ações, o TSE patrocinou uma capacitação oferecida por plataformas digitais para representantes de 29 partidos políticos brasileiros, parceiros do Programa de Enfrentamento à Desinformação e servidores da Justiça Eleitoral. Os participantes do programa conheceram as medidas de prevenção e combate às notícias falsas. O TSE também lançou o Programa de Fortalecimento Institucional e o Manual de Enfrentamento à Desinformação e Defesa Reputacional da Justiça Eleitoral.

O período eleitoral de 2022 serviu como um teste de resistência para lidar com notícias falsas de maneira eficiente e oportuna. Por meio de parceria com agências de checagem, o sistema de defesa da Justiça Eleitoral conseguiu mitigar a desinformação em tempo real e publicar os resultados na página oficial “Fato ou Boato”. Em junho de 2022, o TSE sediou a “Sessão Informativa para Embaixadas: o sistema eleitoral brasileiro e as Eleições de 2022”, convidando diplomatas estrangeiros a acompanharem a checagem de informações eleitorais, o enfrentamento da desinformação e o uso de plataformas digitais para fortalecer a integridade democrática.

Ao mesmo tempo, o TSE procurou combater a desinformação por meio de procedimentos judiciais. Dessa forma, a mais alta corte eleitoral conseguiu derrubar milhares de postagens de notícias falsas sobre o processo de votação eletrônica em velocidade recorde. Essa mesma agilidade também levantou preocupações sobre uma possível censura. O ministro Alexandre de Moraes, então presidente do TSE, rebateu essas objeções com o argumento de que as divulgações de informações falsas “não correspondem a legítimo exercício da liberdade de expressão,

mas a comportamento abusivo e incompatível com o regime democrático” e sem “qualquer conexão com a realidade”.⁷⁵

Apesar das muitas denúncias de apoiadores de Bolsonaro, que tiveram redes embargadas e canais desmonetizados, o TSE conseguiu, se não parar de vez, conter a disseminação de desinformações eleitorais, muitas vezes assumindo um papel proativo.⁷⁶ Em seu primeiro dia de mandato, o presidente Lula emitiu um decreto instituindo a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU), que, entre outras funções, foi criada para combater a desinformação sobre políticas públicas.⁷⁷ O governo federal também criou a Secretaria de Políticas Digitais, responsável por enfrentar a desinformação e o discurso de ódio na internet. A criação desses novos órgãos é um indicativo da prioridade que o novo governo atribuiu ao combate à desinformação em prol da democracia nos próximos anos.

Avanços nas redes sociais

Como as redes sociais e seus algoritmos são mediadores essenciais para conter a desinformação, as plataformas mais relevantes do Brasil foram trazidas a bordo. Especificamente, Twitter, TikTok, Facebook, WhatsApp, Google, Instagram, YouTube e Kwai⁷⁸ assinaram acordos com o TSE para combater a disseminação de notícias falsas no período eleitoral de 2022. Esse pacto reforçou as parcerias estabelecidas em 2019 por meio do Programa de Combate à Desinformação.

A Meta, dona do Facebook e do Instagram, buscou direcionar os usuários para informações qualificadas por meio da criação de *tags* em postagens e *stories* sobre as eleições, que por sua vez encaminhavam os usuários ao site da Justiça Eleitoral. O Facebook também adicionou um recurso chamado “megafone” no dia da eleição, com informações oficiais do TSE. Outra novidade foi o *chatbot* do Instagram, programado para facilitar o acesso a informações confiáveis do TSE. A Meta também

trabalhou com agências de checagem para sinalizar, conter ou remover conteúdo nocivo. Outra medida foi a implantação de um canal de comunicação extrajudicial para denúncias de desinformação relacionadas ao processo eleitoral. Por fim, o Facebook e o Instagram endureceram as regras para a veiculação de propaganda eleitoral paga. Apesar dessas iniciativas, um teste realizado pela *Global Witness* detectou falhas no sistema de moderação da plataforma, as quais permitiam que anúncios com desinformação eleitoral escapassem dos filtros.⁷⁹

O Google, por sua vez, abasteceu a *Google Play Store* com uma seleção de aplicativos de conteúdo cívico durante o período eleitoral, incluindo aplicativos oficiais do TSE. A empresa também treinou equipes do TSE e de Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) em gestão de aplicativos, boas práticas no YouTube e funcionamento da plataforma de anúncios *Google Ads*, além de produzir conteúdo informativo. Para conter a desinformação, foi criada uma página com as tendências de busca do *Google Search* sobre as eleições. A empresa também promoveu um canal de denúncia de conteúdos suspeitos sobre o processo eleitoral. Sob novas diretrizes, o Youtube começou a excluir vídeos e impedir o compartilhamento de informações comprovadamente enganosas, de acordo com agências oficiais.

Os conteúdos bloqueados incluíam mensagens enganosas sobre hora, local e meio de votação, por exemplo. Outros incluíam alegações infundadas de que as urnas eletrônicas foram hackeadas nas eleições de 2018, mentiras sobre candidatos supostamente inelegíveis e mensagens destinadas a dissuadir as pessoas de votar, espalhando rumores infundados sobre fraudes eleitorais, erros de sistema ou problemas técnicos que supostamente alteraram resultados de eleições anteriores. Uma das principais fontes de desinformação, o portal de direita Jovem Pan foi desmonetizado pelo YouTube após violações reiteradas. Além disso, o site de vídeos passou a recomendar

conteúdos de fontes confiáveis sobre política e mostrar avisos úteis em diversos espaços de sua interface.

O TikTok, que também havia feito parceria com o TSE em 2020, renovou seu compromisso de combate à desinformação em 2022, como parte do Programa de Enfrentamento à Desinformação. Entre outras iniciativas, a plataforma postou avisos e etiquetas, redirecionando usuários para um Centro de Informações Eleitorais. A plataforma de vídeo facilitou a denúncia, diretamente no aplicativo, de informações falsas sobre as eleições. Esses relatórios eram encaminhados a uma equipe brasileira dedicada à avaliação do conteúdo. Para as eleições brasileiras de 2022, o TikTok lançou um Guia Eleitoral que conectou os usuários com informações eleitorais validadas. Apesar desses esforços, usuários do TikTok conseguiram usar a plataforma para editar e descontextualizar vídeos, disseminando desinformação. Vários desses conteúdos adulterados acabaram sendo compartilhados em outros canais, como o WhatsApp, dificultando o controle.

O WhatsApp, em parceria com o TSE, criou um *chatbot* para promover o acesso às informações sobre o processo eleitoral, além de disponibilizar gratuitamente dados oficiais do portal do TSE. O aplicativo também estabeleceu um limite para compartilhamento de conteúdo e criou um canal de denúncias extrajudiciais para denunciar suspeitas de violação desses limites com objetivos eleitorais. O WhatsApp também ofereceu treinamento para servidores da Justiça Eleitoral sobre políticas de redes sociais e melhores práticas.

O Twitter, por sua vez, agiu para facilitar o acesso do público a informações confiáveis e ajudar os usuários a consultarem as políticas da plataforma. Também facilitou o modo como os usuários da plataforma podem identificar perfis de instituições, partidos políticos e candidatos às eleições de 2022. A plataforma incorporou *tags* de identificação nas contas dos candidatos e uma seção dedicada a informações relevantes e confiáveis sobre as eleições. Uma página

sobre as eleições no Brasil foi lançada na Central de Ajuda do Twitter. A plataforma ainda divulgou detalhes da Política de Integridade Cívica do Twitter, que estabelece a proibição do uso de seus serviços para manipular e interferir nas eleições.

O Twitter reforçou suas parcerias com autoridades eleitorais, como o TSE, e com organizações da sociedade civil para desenvolver iniciativas de educação sobre como lidar com a desinformação e fazer uso seguro das informações na rede social. A empresa também ofereceu treinamentos ao TSE e aos TREs para familiarizar os servidores com os recursos e ferramentas do Twitter. Por fim, o TSE abriu um canal permanente com representantes das empresas para discutir iniciativas e boas práticas voltadas à proteção da integridade das eleições brasileiras.

Apesar dos muitos esforços e dos consideráveis avanços na delimitação da desinformação, a velocidade e o alcance das narrativas online de ataque ao sistema eleitoral superaram as iniciativas oficiais de contenção. A natureza descentralizada da produção e disseminação de conteúdo torna a moderação desafiadora, permitindo que mensagens nocivas escapem dos filtros de qualidade e se espalhem rapidamente. Mesmo conteúdos retirados do ar tendem a ser replicados em larga escala e ecoados em outras plataformas. Frequentemente, capturas de tela do Twitter se espalham pelo Instagram, assim como os vídeos do TikTok são replicados no WhatsApp.

Essa fluidez entre plataformas é um que deve ser considerado, assim como a natureza das narrativas que surgem em cada uma delas. Se mensagens mais objetivas são compartilhadas no Twitter, com conteúdo limitado ou mais raso, as mesmas narrativas podem ganhar mais detalhes e densidade no YouTube, onde geralmente são compartilhadas postagens mais elaboradas. De fato, nossa análise descobriu que muitas narrativas online foram lançadas no YouTube apenas para serem fragmentadas e abreviadas para compartilhamento em outras plataformas. O

mesmo vale para os vídeos do Facebook, especialmente *lives* presidenciais. Seguindo o fluxo, cortes de vídeos publicados no Youtube e no Facebook chegaram ao Tiktok, ao Instagram e ao Twitter para colocar em destaque trechos mais apelativos.

Apesar das tentativas de conter a desinformação, as plataformas falharam em várias ocasiões e ainda têm um longo caminho a percorrer. Após a vitória eleitoral de Lula, enquanto radicais pró-golpe se reuniam para fechar estradas e exigir intervenção militar, o Telegram e o WhatsApp agiram rapidamente para silenciar esses apelos.⁸⁰ No entanto, os ataques de 8 de janeiro foram perpetrados por insurgentes que livremente organizaram, mobilizaram e transmitiram ao vivo todos os seus movimentos nessas mesmas plataformas, especialmente WhatsApp, Telegram, Facebook, Instagram e Youtube.⁸¹ Isso mostra que, apesar de algumas intervenções bem-sucedidas durante a campanha eleitoral, as grandes plataformas de redes sociais ainda precisam avançar na moderação dos grupos que espalham discursos de ódio e ataques antidemocráticos.

A sociedade civil entra em ação

Ao longo do ciclo eleitoral de 2022, a sociedade civil se manteve vigilante e conduziu várias ofensivas críticas na luta contra a desinformação e em defesa da democracia. Em parceria com órgãos públicos e plataformas digitais, organizações da sociedade civil buscaram diversas formas de disseminar informações confiáveis sobre o sistema eleitoral, promover debates sobre educação cívica, avaliar e monitorar as redes sociais e exigir das instituições ações mais efetivas no combate às notícias falsas e à desinformação. Tais esforços incentivaram trocas digitais respeitadas, apoiaram eleições livres e pacíficas e combateram a proliferação de informações falsas.

Para incrementar esses esforços, o TSE criou o Observatório de Transparência das Eleições, formado por um grupo de instituições da sociedade civil da qual o Instituto Igarapé fez parte, com o objetivo de aumentar a transparência eleitoral, aprofundar o conhecimento público sobre o sistema eleitoral brasileiro e salvaguardar a integridade do sistema democrático. Essas iniciativas nasceram de numerosas reuniões e intensa colaboração entre a sociedade civil e o poder público. Nestas ocasiões, as partes interessadas expressaram apoio à Justiça Eleitoral e repudiaram ataques infundados ao sistema eleitoral e ao processo democrático. Por exemplo, a rede Pacto pela Democracia⁸² endereçou uma carta aberta ao ministro Alexandre de Moraes, então presidente do TSE, reiterando o compromisso da sociedade civil organizada com eleições pacíficas e um processo eleitoral seguro.⁸³ Notas técnicas e outros materiais informativos foram divulgados ao longo da campanha eleitoral com o objetivo de desmentir argumentos infundados sobre as urnas eletrônicas e outros temas envolvendo a segurança do processo eleitoral.

Organizações também se reuniram com atores institucionais de outros países democráticos para angariar reconhecimento internacional e apoio aos resultados das eleições brasileiras. Um exemplo importante foi a resolução do Senado dos Estados Unidos,⁸⁴ aprovada às vésperas do segundo turno da eleição brasileira, que prometia que os EUA reconheceriam imediatamente os resultados oficiais e reveriam as relações bilaterais em caso de golpe militar ou acesso antidemocrático ao poder. Em carta ao presidente dos EUA, Joe Biden, mais de 70 organizações da sociedade civil brasileira pediram aos EUA que pressionassem Bolsonaro a se comprometer a respeitar a

democracia e a realizar eleições livres. Em agosto, uma delegação viajou a Washington para discutir as eleições brasileiras com membros do Congresso americano. O senador Bernie Sanders declarou que apresentaria moção ao Senado alertando sobre os riscos à democracia brasileira e pedindo o rompimento das relações com o governo caso o resultado das eleições não fosse respeitado. Michele Bachelet,⁸⁵ então chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, manifestou preocupação com o Brasil ao afirmar que “o presidente Bolsonaro intensificou os ataques ao Judiciário e ao sistema eletrônico de voto”.

Os partidos políticos também desempenharam um papel decisivo no combate à desinformação. Durante a campanha, frequentemente solicitaram ao TSE a exclusão de conteúdos falsos das plataformas digitais, inclusive por meio de um manifesto em defesa da democracia e das instituições,⁸⁶ entregue em mãos ao ministro Alexandre de Moraes. Esses partidos se mostraram especialmente combativos⁸⁷ em casos⁸⁸ de possíveis ameaças à equidade do processo eleitoral.⁸⁹ Enquanto isso, entretanto, o PL, partido do então presidente e candidato Jair Bolsonaro, insistia em questionar o resultado do segundo turno das eleições. O partido apresentou representação ao TSE pedindo uma “verificação extraordinária” com a invalidação dos votos depositados em 279 mil urnas eletrônicas no segundo turno – o partido não questionou os votos do primeiro turno, no qual o PL obteve a maior bancada na Câmara dos Deputados eleita em 2022. Em resposta, o TSE negou o pedido e aplicou multa de R\$ 22,9 milhões por litigância de má-fé.

O caminho a percorrer

Nos últimos anos, sistemas democráticos em todo o mundo têm enfrentado um dilema comum: governos e sociedades podem conter a desinformação online sem recorrer a medidas antidemocráticas? Analisando os ciclos eleitorais de 2018 e 2022 no Brasil, surgem duas respostas muito diferentes a essa questão. Em 2018, a discrepância entre o tempo de reação das instituições democráticas e a velocidade com que as redes sociais replicavam e disseminavam informações falsas e difamação parecia quase insuperável. Desde então, no entanto, as instituições deram passos importantes para testar soluções inovadoras que, por vezes, também foram consideradas controversas.

Em 2022, enquanto o mundo observava o Brasil e se perguntava se a maior democracia da América Latina poderia resistir à onda de desinformação, a democracia constitucional permaneceu resiliente. Graças aos esforços conjuntos de múltiplos atores públicos, privados e não governamentais, o Brasil conseguiu reduzir, senão eliminar, os danos causados pelo jogo da mentira digital. A desinformação, contudo, não vai desaparecer. Apesar dos resultados eleitorais oficiais, os negacionistas brasileiros parecem destemidos; descontentes continuam a refutar obstinadamente a legitimidade das eleições de 2022, alegando fraudes e apelando a uma intervenção militar para reverter os resultados – desprezando a democracia e o Estado de direito.

Então, como percorrer a estrada difícil que temos pela frente? Para começar, as iniciativas devem se concentrar em capturar e conter notícias falsas e conspirações antes que se tornem virais. Em última análise, a educação digital e as informações verificáveis são o antídoto mais confiável. No entanto,

dado que numerosos estudos têm mostrado que, uma vez divulgada, uma notícia – enganosa ou não – tem notável “poder de adesão”, impedir o contágio não será uma tarefa simples.

A experiência recente ensinou aos brasileiros que o combate à desinformação depende fundamentalmente do trabalho colaborativo entre interesses diferentes, às vezes divergentes. As parcerias intersetoriais foram um grande elemento dos esforços do Brasil para conter notícias falsas. Instituições públicas, sociedade civil e plataformas de redes sociais desempenharam papéis distintos no engajamento de suas respectivas partes interessadas. No entanto, se o Brasil não tivesse atribuído responsabilidades a cada um desses grupos de interesse, a força e a influência de cooperação e coordenação poderiam ter sido consideravelmente menores. Preservar esse pacto e continuar a construir um terreno comum estão entre os maiores desafios para os próximos anos.

Por fim, toda a sociedade precisa se engajar no debate para traçar regras, limites e estratégias para a regulação responsável de conteúdos nas redes sociais. Ao longo desse percurso, a sociedade brasileira deve desenvolver consensos em relação a formas de revitalizar a confiança e a fé na legitimidade das instituições. Sem dúvida, muitos desses processos seguem sendo um trabalho em curso. Mas, em última análise, o Brasil apresentou uma lição objetiva de resiliência institucional, criatividade e adaptabilidade em um mundo digital em rápida evolução. Afinal, os desafios assustadores que exigem proatividade e assertividade de Estados na defesa da democracia também sujeitam essas mesmas instituições a tensões e reações sem precedentes. Resolver esse enigma significa descobrir como construir confiança institucional e legitimidade em sociedades nas quais a própria democracia representativa está profundamente desacreditada.

Anexo 1

Narrativas e subnarrativas de desinformação por mês

NARRATIVA PRINCIPAL	SUBNARRATIVA	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	TOTAL POR SUB-NARRATIVA
Narrativa 1 Reduzir a confiança no sistema eleitoral	Cédulas impressas são o único método confiável	5	2	7	14
	As urnas eletrônicas não são confiáveis	8	7	35	50
	As pesquisas eleitorais não são confiáveis	3	15	16	34
	Aumento do envolvimento de militares no processo eleitoral	5	2	22	29
	Aumento do envolvimento de policiais no processo eleitoral	0	0	7	7
	Alegação de fraude e incompetência do TSE	1	3	37	41
	Ataques contra o TSE	4	13	52	69
	Ataques contra o ministro Alexandre de Moraes	15	11	28	54
Narrativa 2 Ataques a instituições democráticas	O Judiciário favorece a esquerda brasileira	26	30	50	106
	Impeachment de juízes	3	2	9	14
	Ataques contra o STF	20	15	40	75
	Ataques contra outras instituições (Legislativo/OAB/MP)	0	0	2	2

NARRATIVA PRINCIPAL	SUBNARRATIVA	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	TOTAL POR SUB-NARRATIVA
Narrativa 3 Difamar e diminuir a influência de adversários políticos	Regulação da mídia	4	3	43	50
	Alegações falsas e incendiárias feitas contra a imprensa/ mídia tradicional e influenciadores	13	10	15	38
	Ataques a aliados políticos de Lula/PT	4	5	16	25
	Associação de Lula/ PT ao nazismo	0	1	1	2
	Associação de Lula/ PT a criminosos e ao tráfico de drogas;	6	5	34	45
	Associação de Lula/ PT ao comunismo e à ditadura	9	2	11	22
	Associação de Lula/ PT à corrupção	7	6	22	35
	Associação de Lula/ PT à invasão de terras	1	0	2	3
	Associação de Lula/ PT ao sexismo	1	1	5	7
	Associação de Bolsonaro/aliados à perversão sexual e moral	0	0	9	9
	Associação de Bolsonaro/aliados ao canibalismo	0	0	2	2
	Associação de Bolsonaro/aliados à maçonaria	0	0	1	1

NARRATIVA PRINCIPAL	SUBNARRATIVA	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	TOTAL POR SUB-NARRATIVA
Narrativa 4 Influenciar os principais apoiadores a agir	Luta do bem contra o mal	5	4	22	31
	Risco de ideologias baseadas em gênero e identidade ideologias	6	1	9	16
	Ameaças do comunismo e da ditadura	12	6	40	58
	Tentativas de abordar públicos historicamente marginalizados	0	7	3	10
	Tentativas de aproximação com o público nordestino	0	0	2	2
	Tentativas de aproximação com o público religioso	9	7	19	35
	Tentativas de abordar grupos armados	1	4	5	10
	Campanha de aliados de Bolsonaro	0	0	3	3
	Protestos contra resultados eleitorais	0	0	15	15

Fonte: análise elaborada pelo Instituto Igarapé com base em relatórios do Democracia em Xequê.

Iniciativas TSE

2018

1. Celebração de **acordos de colaboração com partidos políticos** para manter um ambiente de higidez informacional, de modo a “reprovar qualquer prática ou expediente referente à utilização de conteúdo falso” no pleito e atuar como “colaboradores contra a proliferação de notícias falsas”;
2. Celebração de **parcerias com profissionais de marketing político-eleitoral, entidades representativas do setor de comunicação** (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, Associação Nacional de Jornais – ANJ e Associação Nacional de Editores de Revista – Aner) e plataformas digitais (Google e Facebook), com o objetivo de obter apoio à prevenção da desinformação, às iniciativas de fomento à educação digital e à identificação e enfrentamento de conteúdos falsos;
3. Instituição de um **gabinete estratégico**, durante o pleito de 2018, que trabalhou em conjunto com a Presidência, integrado por ministros da Casa e representantes do Ministério Público, do Poder Executivo e do Conselho Federal da OAB, destinado ao acompanhamento e à formulação de respostas às questões que poderiam interferir na condução do pleito;
4. A partir da formação desse gabinete estratégico, o TSE **atuou em conjunto com a Polícia Federal e órgãos técnicos do Poder Executivo** na busca por soluções que garantissem a segurança e a credibilidade do processo eleitoral;
5. Instituição de **grupo multidisciplinar**, formado por servidores da Justiça Eleitoral, com o objetivo de mapear a propagação de notícias falsas contra o processo eleitoral nas plataformas digitais, bem como prestar esclarecimentos à sociedade;
6. Criação da página **Esclarecimento sobre Informações Falsas Veiculadas nas Eleições 2018**, na qual foram publicadas as respostas preparadas pelo grupo multidisciplinar e os links das matérias produzidas por instituições de checagem de fatos sobre os temas.

2019

7. Lançamento do **Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020** (Programa). O Programa tem como objetivo enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação à imagem e à credibilidade da Justiça Eleitoral, à realização das eleições e aos atores nelas envolvidos, por meio de ações de curto, médio e longo prazos, apoiadas em diversas áreas do conhecimento humano;
8. **Programa Minuto da Checagem** - O TSE criou este programa para informar ao internauta a importância de verificar a veracidade de conteúdos recebidos ou acessados em redes sociais, aplicativos de celular e sites antes de compartilhá-los. Produzido pela Assessoria de Comunicação do Tribunal, o programa contou com oito episódios de aproximadamente um minuto de duração.

2020

9. Criação da **Coalizão para Checagem** – Eleições 2020: rede formada por 9 instituições de checagem para verificação de notícias falsas relacionadas ao processo eleitoral, a qual produziu 274 matérias;
10. Criação da **página Fato ou Boato**, no site da Justiça Eleitoral, para centralizar as verificações de informações falsas publicadas durante as eleições, permitindo o acesso de todos os cidadãos aos conteúdos da página sem cobrança de tráfego de dados pelas operadoras de telefonia móvel. A página contou com mais de 13 milhões de visualizações;
11. Desenvolvimento de um **chatbot no WhatsApp**, que permitia aos eleitores acessar as notícias checadas e tirar dúvidas sobre o processo eleitoral, que contou com quase 20 milhões de mensagens trocadas;
12. Criação de uma central de notificações nos aplicativos da Justiça Eleitoral e-Título, Mesários e Pardal, permitindo comunicação direta entre a Justiça Eleitoral e os mais de 18 milhões de usuários desses aplicativos;
13. **Zero rating** – Acesso às checagens sem cobrança de pacote de dados: em parceria entre o TSE, a Conexis Brasil (representante oficial do setor de telecomunicações no Brasil) e empresas de telefonia móvel brasileira, liberou o acesso a página Fato ou Boato e os conteúdos do site www.justicaeleitoral.jus.br pelos usuários sem cobrança do pacote de dados;
14. Formalização de **parcerias com alguns dos principais provedores de aplicação de internet** (incluindo Facebook/Instagram, WhatsApp, Google/YouTube, Twitter e TikTok), por meio da celebração de acordos que previam medidas específicas para combater a desinformação e garantir um ambiente informacional mais saudável durante as eleições;
15. Criação de uma **rede de difusores de conteúdos de qualidade** sobre o processo eleitoral nas redes sociais, com o lançamento da campanha #EuVotoSemFake, que contou com a adesão de mais de 100 associações de mídia, entidades públicas e privadas e cidadãos que desejassem participar; e das campanhas #NãoTransmitaFakeNews e #PartiuVotar, com a adesão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e de diversos clubes de futebol nacionais, as quais alcançaram mais de 30 milhões de pessoas;
16. Lançamento da campanha de mídia **Se For Fake News, não Transmita**, para capacitar eleitores sobre o fenômeno da desinformação e os perigos da disseminação de notícias falsas, veiculada na TV, no rádio e nas redes sociais, alcançando cerca de 130 milhões de brasileiros;
17. Criação de um **canal extrajudicial de denúncias de disparo em massa de mensagens**, em parceria com o WhatsApp, que permitiu a análise do comportamento do usuário por parte da plataforma, recebendo 5.229 denúncias e banindo 1.042 contas que realizaram envio massivo de mensagens nas eleições;

18. Criação de uma **rede de monitoramento de práticas de desinformação danosas ao processo eleitoral**, que, com ferramentas de monitoramento de redes sociais e parceiros estratégicos, conseguiu identificar casos e práticas de desinformação contra o processo eleitoral e atuar, com as redes sociais, para enfrentar redes estruturadas de disseminação de desinformação e inibir comportamentos inautênticos e conteúdos desinformativos;
19. Criação do **comitê de ciberinteligência** para facilitar a rápida atuação e a comunicação no caso de incidentes de cibersegurança nas eleições: criado imediatamente após o primeiro turno da votação, tem o objetivo de garantir a formulação de respostas rápidas a quaisquer potenciais incidentes cibernéticos (ex.: ataques hacker de diversas naturezas, a exemplo de vazamentos de dados, ataques de negação de serviço e ataques de ransomware), inclusive por meio de uma comunicação institucional célere e precisa sobre tais eventos que buscam comprometer a confiabilidade dos sistemas de votação e apuração dos resultados;
20. Treinamentos virtuais de mesários e criação de um **Manual do Mesário** que, além de tratar de todos os aspectos importantes para o trabalho eleitoral, foram abordadas: (i) dicas para enfrentar a desinformação; e (ii) informações sobre o Processo Eleitoral e a segurança da urna eletrônica;
- 21. Capacitações de servidores da Justiça Eleitoral** por provedores de aplicação de internet - oferecidas pelos provedores de aplicações de internet, foram promovidos diversos eventos e sessões de treinamento para magistrados, servidores e colaboradores do TSE e dos TREs sobre o funcionamento de suas plataformas e ações relacionadas ao enfrentamento à desinformação em cada uma delas;
- 22. Capacitações de servidores dos TREs** sobre a estruturação do combate à desinformação em suas localidades: cada TRE ainda teve um ponto focal do combate à desinformação no respectivo TRE, de modo a permitir comunicação rápida e clara com os integrantes do Comitê Estratégico do TSE. Também foi previsto que cada TRE poderia implantar comitês estratégicos em seus âmbitos internos, com a colaboração do TSE, por meio do intercâmbio de informações, estratégias e orientações.

2021

23. Agosto: **Criação do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral** para dar continuidade e aprimorar os esforços do TSE para reduzir os efeitos nocivos da desinformação relacionada à Justiça Eleitoral e aos seus integrantes, ao sistema eletrônico de votação, ao processo eleitoral em suas diferentes fases e aos atores nele envolvidos. Estão excluídos de seu escopo, assim, os conteúdos desinformativos dirigidos a pré-candidatos, candidatos, partidos políticos, coligações e federações, exceto quando a informação veiculada tenha aptidão para afetar, negativamente, a integridade, a credibilidade e a legitimidade do processo eleitoral.

2022

24. Renovação das parcerias com redes sociais (Twitter, do TikTok, do Facebook, do Kwai, do WhatsApp e do Google);
25. Celebração de **154 parcerias**, entre instituições de checagem, plataformas digitais, partidos políticos, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e associações de mídia;
26. Continuação das páginas (i) **Fato ou Boato** e (ii) **Urna Eletrônica e a segurança do processo eleitoral**: ambas as páginas rebatem as notícias falsas fornecendo informações corretas e verdadeiras, provenientes da Justiça Eleitoral e divulgadas por mais de 150 parceiros do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação;
27. Lançamento do **“Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral”** e do **“Manual de Enfrentamento à Desinformação e Defesa Reputacional da Justiça Eleitoral”**, para construir confiança no processo eleitoral brasileiro e reafirmar ao público a imparcialidade, o profissionalismo e o papel central da Justiça Eleitoral;
28. Lançamento da **Comissão de Transparência Eleitoral (CTE)**, formada por especialistas em tecnologia e atores institucionais, com a missão de melhorar a segurança eleitoral, aumentar a transparência e estimular a participação de especialistas, instituições públicas e entidades da sociedade civil no monitoramento de eleições;
29. Criação da **Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação (FRENTE)**, formada, atualmente, por 2.024 servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral engajados na execução de ações contra a disseminação de desinformação;
30. Lançamento do **“Sistema de Alertas de Desinformação contra as Eleições”** para o recebimento e encaminhamento de conteúdos desinformativos sobre o processo eleitoral para as plataformas digitais. O objetivo da ferramenta é promover mais agilidade no combate aos efeitos das notícias falsas sobre as eleições ou o sistema eletrônico de votação que impactam negativamente a democracia do país;
31. Publicação semanal do **informativo “Pause!!”** com informações e conteúdos relacionados à desinformação;
32. Realização de **capacitação oferecida pelas plataformas digitais** para os 29 partidos políticos parceiros do Programa de Enfrentamento à Desinformação; e também para os servidores da Justiça Eleitoral, totalizando 27 sessões de treinamento;
33. O TSE publicou a série **#DemocraciaEmPílulas**, que destaca as ações do Tribunal no enfrentamento da desinformação, entre outros assuntos.

NOTAS DE FIM

- 1 Com supervisão editorial e contribuições de Renata Giannini, Mac Margolis e Robert Muggah.
- 2 Para fins metodológicos, no presente relatório, utilizamos a expressão “danos digitais” para definir atividades online nocivas como a desinformação, notícias falsas, discursos de ódio, teorias da conspiração e outras narrativas prejudiciais que ocorrem no ambiente digital. A expressão não se confunde com o conceito jurídico de “danos digitais” associado à responsabilidade civil no âmbito digital.
- 3 Ver MUGGAH, R. (2018) – Can Brazil’s democracy be saved? New York Times, 8 de outubro. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/08/opinion/brazil-election-bolsonaro-authoritarian.html>.
- 4 Ver, por exemplo, MUGGAH et al. (2020) – Misinformation is threatening Brazil’s elections, too. Americas Quarterly, 12 de novembro. Disponível em: https://americasquarterly.org/article/misinformation-is-threatening-brazils-elections-too/?utm_campaign=clipping_institucional_dia_a_dia&utm_medium=email&utm_source=RD+Station; e MUGGAH, R. (2022) – Bolsonaro is already undermining Brazil’s coming election. Foreign Policy, 4 de maio. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/05/04/bolsonaro-brazil-election-2022-disinformation-misinformation-digital-social-media/>.
- 5 Ver MUGGAH, R.; MARGOLIS, M. (2023) – Disinformation and consequences in Brazil. Reuters Foundation, 2 de fevereiro. Disponível em: <https://www.context.news/digital-rights/opinion/disinformation-and-consequences-in-brazil>; e MARGOLIS, M; MUGGAH, R. (2023) - Brazil breaks new ground in the global fight against fake news. OpenDemocracy, 30 de janeiro. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/brazil-crack-down-fake-news-disinformation-lula-restore-trust-internet/>.
- 6 O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking dos principais países classificados pelo tempo médio diário gasto em redes sociais e é o maior mercado de redes sociais da América Latina. O país vai atingir a marca de 144 milhões de usuários neste ano. Fonte: eMarketer, março, abril e novembro de 2022 – GWI, Social: The latest trends in social media.
- 7 O Latin America Barometer, parte do Public Opinion Project (Lapop), revelou, em 2016, que o Brasil ocupava a penúltima posição entre 26 países no que diz respeito à satisfação com a democracia (48,2%). Em 2018, esse percentual subiu para 58%. A série de perguntas também indicou o maior percentual (39%), desde 2012, de indivíduos que se declaram de direita; 35% confessaram que apoiariam um golpe militar em um cenário de corrupção generalizada; e 38% afirmaram que defenderiam a dissolução do Supremo Tribunal Federal (STF) “caso o país enfrente dificuldades”. Ver VANDERBILT UNIVERSITY. (2016) – The Latin America Barometer, Public Opinion Project (Lapop). Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>.
- 8 Segundo pesquisa realizada pela FGV DAPP (Rio de Janeiro) entre janeiro de 2014 e outubro de 2020, a frequência de mensagens sobre desconfiança no sistema eleitoral foi exponencialmente maior em 2018. Em relação às postagens com links sobre desconfiança eleitoral no Facebook, foram registradas 10.083 em 2014, 12.557 em 2016, 32.052 em 2018 e 17.958 em 2020. Ver RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.). (2020) – Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020). Rio de Janeiro, FGV DAPP, Policy Paper. Disponível em: <https://democraciadigital.dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2020/11/PT-Estudo-1.pdf>.
- 9 O número de publicações confrontando o sistema eleitoral aumentou exponencialmente no contexto da corrida presidencial de 2018, e manteve-se elevado ao longo de 2020. O ano de 2020 despontou como o segundo com mais conteúdo sobre o tema no período 2014-2020, mesmo com uma coleta de apenas nove meses. Até meados de outubro de 2020, o volume de postagens com links sobre o assunto atingiu 56% do que circulou em todo o ano de 2018 no Facebook e 72,4% no YouTube. Ver RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.). (2020) – Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020). Rio de Janeiro, FGV DAPP, Policy Paper. Disponível em: <https://democraciadigital.dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2020/11/PT-Estudo-1.pdf>.
- 10 Ver CASTILLO, I. (2020) – O uso de fake news nas eleições de 2018: Uma análise das notícias falsas checadas pelas agências Lupa e Aos Fatos sobre o jornalismo. Brasília, Universidade de Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28303/1/2020_IsabelaRibeiroCastilho_tcc.pdf.
- 11 Foram contabilizados 1,1 milhão de tuitos com hipóteses de fraude em urnas eletrônicas até o primeiro turno de 2018. Entre agosto e outubro de 2018, últimos três meses da campanha eleitoral, foram identificadas 33 narrativas diferentes que se mostraram falsas. Ver RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.). (2020) – Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020). Rio de Janeiro, FGV DAPP, Policy Paper. Disponível em: <https://democraciadigital.dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2020/11/PT-Estudo-1.pdf>.
- 12 A Justiça Eleitoral é um setor especializado do Judiciário brasileiro e trabalha para garantir eleições democráticas e livres. Atua em três frentes: administrativa, organizando e facilitando a realização de eleições; regulatória, definindo regras para o processo eleitoral; e jurisdicional, julgando questões eleitorais quando, por exemplo, uma dessas regras não é cumprida.
- 13 Ver MUGGAH et al. (2020) – Digital misinformation not only threatens Brazil’s municipal elections, it undermines democracy. OpenDemocracy, 23 de novembro. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/digital-misinformation-threatens-brazil-2020-municipal-elections-undermine-democracy/>.
- 14 Ver TSE. (2020) – Tentativas de ataques de hackers ao sistema do TSE não afetaram resultados das Eleições, afirma Barroso. Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 16 de novembro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/tentativas-de-ataques-de-hackers-ao-sistema-do-tse-nao-afetaram-resultados-das-eleicoes-afirma-barroso>.
- 15 Ver SOPRANA, P. et al. (2020) – Ataque hacker na eleição vira arma política de desinformação para bolsonaristas. Folha de São Paulo, 16 de novembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/ataque-hacker-vira-arma-politica-de-desinformacao-sobre-eleicao-para-bolsonaristas.shtml>.

- 16 O consórcio faz parte do “Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020”. A coalizão incluiu: AFP, Agência Lupa, Aos Fatos, Boatos.org, Comprova, E-Farsas, Estadão Verify, Fato ou Fake e UOL Confere. Ver SENA, M. (2020) – TSE firma parceria com agências de checagem de informações para as eleições. UOL, 2 de outubro. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/midia/tse-firma-parceria-com-agencias-de-checagem-de-informacoes-para-as-eleicoes/>.
- 17 Em 2018, a maioria das notícias falsas circulou em formato de imagem (59,7%) contra 19,6% em vídeo, 12,5% em texto e 8,2% em áudio. Em 2022, segundo a Universidade Federal de Minas Gerais, a maioria circulou em vídeo (37,3%), seguida de texto (32,9%), imagem (22,6%) e áudio (7,2%). O monitoramento também mostra vídeos das plataformas TikTok e Kwai entre os mais compartilhados. Ver MELLO, P et al. (2022) – Fake news sobre urnas, pesquisas e TSE dominam eleição de 2022. Folha de São Paulo, 28 de setembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/fake-news-sobre-urnas-pesquisas-e-tse-dominam-eleicao-de-2022.shtml>.
- 18 A tradicional *live* de Jair Bolsonaro nas redes sociais, em seu ápice, foi vista por cerca de 30 mil pessoas, somadas as audiências de YouTube e Facebook. Durante sua participação no podcast Inteligência Ltda., Bolsonaro ultrapassou a marca de 1,4 milhão de visualizações simultâneas em menos de uma hora de entrevista. Bolsonaro também esteve no podcast Flow, que registrou um pico de 535 mil pessoas assistindo simultaneamente.
- 19 A campanha de Lula apresentou 67 pedidos relacionados a notícias falsas e obteve 37 decisões favoráveis. A campanha de Bolsonaro apresentou sete desses pedidos, dos quais seis foram atendidos. Ver VARGAS, M et al. (2022) – TSE atendeu Lula 37 vezes e Bolsonaro 6 em ações sobre fake news. Folha de São Paulo, 14 de outubro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/tse-atendeu-lula-37-vezes-e-bolsonaro-6-em-acoes-sobre-fake-news.shtml>.
- 20 Ver FERRAZ, V. (2022) – Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo. VEJA, 31 de maio. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/>; e VEJA. (2021) – Bolsonaro em Porto Velho: “Meu Exército, minha Marinha, minha Aeronáutica”. VEJA, 7 de maio. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/bolsonaro-em-porto-velho-meu-exercito-minha-marinha-minha-aeronautica/>.
- 21 Ver, por exemplo, SOARES, I. (2022) – Bolsonaro diz que militares fiscalizarão sala cofre do TSE. CORREIO BRAZILIENSE, 23 de setembro. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/09/5038866-bolsonaro-diz-que-militares-fiscalizarao-sala-secreta-do-tse.html>.
- 22 O coronel Alberto Ono Horita, por exemplo, fez mais de 39 publicações propagando denúncias sem comprovação de fraude em urnas eletrônicas e ofensas contra ministros do TSE e do STF. O comandante de uma divisão do Exército retuitou um artigo explicando “a censura em que vive o Brasil”. Ver GODOY, M. (2022) – Oficiais da ativa do Exército criticam censura do TSE, atacam PT, Moraes, Alckmin e Lula. ESTADÃO, 21 de novembro. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/marcelo-godoy/oficiais-da-ativa-do-exercito-criticam-censura-do-tse-atacam-pt-moraes-alckmin-e-lula/>.
- 23 Manifestantes pró-Bolsonaro continuaram em frente a quartéis em vários estados por dois meses, pedindo uma intervenção militar para anular a eleição e impedir que Lula fosse empossado presidente. Somente após a invasão do Congresso, do STF e do Palácio do Planalto, em 8 de janeiro, o desmantelamento dos acampamentos foi determinado pelo ministro Alexandre de Moraes. Ver JUNQUEIRA, C. (2023) – Defesa calcula 5.000 manifestantes acampados em quartéis pelo Brasil. CNN BRASIL, 6 de janeiro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/defesa-calcula-5-000-manifestantes-acampados-em-quarteis-pelo-brasil/>.
- 24 Ver ALC NTARA, T. (2022) – Por que fake news e teorias conspiratórias ainda mobilizam acampamentos bolsonaristas. METRÓPOLES, 24 de novembro. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/por-que-fake-news-e-teorias-conspiratorias-ainda-mobilizam-acampamentos-bolsonaristas>.
- 25 Ver UOL. (2019) – Quando a liberdade de expressão da extrema direita esbarra na lei. UOL, 5 de abril. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2019/04/05/quando-a-liberdade-de-expressao-da-extrema-direita-esbarra-na-lei.htm>.
- 26 O ministro Alexandre de Moraes, que presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o pleito, consolidou esses limites em diversas decisões afirmando que “liberdade de expressão não é liberdade de agressão”. Ver Folha de São Paulo. (2022) – “Liberdade de expressão não é liberdade de agressão”; leia discurso de Moraes em posse no TSE. Folha de São Paulo, 16 de agosto. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/liberdade-de-expressao-nao-e-liberdade-de-agressao-leia-discurso-de-moraes-em-posse-no-tse.shtml>; e VETTORAZZO, L. (2022) – “Liberdade de expressão não é liberdade de agressão”, diz Moraes. VEJA, 19 de julho. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/liberdade-de-expressao-nao-e-liberdade-de-agressao-diz-moraes/>.
- 27 Ver BBC BRASIL. (2022) – Alexandre de Moraes: o presidente do TSE acusado de “ditador” por Bolsonaro que já foi alvo do PT. BBC BRASIL, 27 de outubro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63386608>.
- 28 Ver UOL. (2022) – Barroso: “Recebo ameaças de morte diárias depois de ataques de Bolsonaro”. UOL, 24 de fevereiro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/24/barroso-recebo-ameacas-de-morte-diaras-depois-de-ataques-de-bolsonaro.htm>.
- 29 Ver PODER 360. (2022) – Instituto Liberal acusa TSE de censura prévia nas eleições. PODER 360, 28 de outubro. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/instituto-liberal-acusa-tse-de-censura-previa-nas-eleicoes/>.
- 30 Um total de 63% dos brasileiros são contra medidas do Judiciário que determinam o bloqueio de perfis e contas nas redes sociais de pessoas que se manifestam contra a democracia e pedem golpe militar. Ver GALF, R. (2022) – Datafolha: Quase dois terços são contra o bloqueio de perfis que defendem golpe. Folha de São Paulo, 21 de dezembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/12/datafolha-quase-dois-tercos-sao-contras-bloqueio-de-perfis-que-defendem-golpe.shtml>.
- 31 Ver ESTADÃO. (2022) – Lula não disse que vai implantar ditadura no Brasil em entrevista a canal chinês. ESTADÃO, 11 de agosto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/lula-ditadura-china/>.
- 32 Ver JOVEM PAN. (2021) – Lula reafirma intenção de “controlar imprensa” e atribui à mídia a culpa pelo impeachment de Dilma. JOVEM PAN, 1º de setembro. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/lula-reafirma-intencao-de-controlar-imprensa-e-atribui-a-midia-a-culpa-pelo-impeachment-de-dilma.html>.

- 33 Ver VEIGA, E. (2022) – “Paula moral é o voto de cabresto religioso”, diz diretor de política da CNBB. BBC BRASIL, 19 de outubro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63292458>.
- 34 Ver BRAUN, J. (2022) – Eleições 2022: fake news sobre perseguição a evangélicos chegam a milhões via filhos e aliados de Bolsonaro. BBC BRASIL, 27 de setembro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62985337>.
- 35 Ver MARGOLIS, M; MUGGAH, R. (2023) – Brazil breaks new ground in the global fight against fake news'. OpenDemocracy, 30 de janeiro. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/brazil-crack-down-fake-news-disinformation-lula-restore-trust-internet/>.
- 36 Para exemplificar, considerando Twitter, Facebook, YouTube e Instagram, em fevereiro de 2023 alguns dos influenciadores de direita mais proeminentes foram: Jair Bolsonaro, 57,8 milhões de seguidores; Eduardo Bolsonaro, 11,5 milhões de seguidores; Nikolas Ferreira, 11 milhões de seguidores; Gustavo Gayer, 3,1 milhões de seguidores. Enquanto isso, os influenciadores de esquerda de maior destaque foram: Lula, 26,6 milhões de seguidores; André Janones, 12,8 milhões de seguidores; Felipe Neto, 7,8 milhões de seguidores.
- 37 Essas iniciativas são descritas em detalhe na sessão 4.
- 38 Ver PALAU, M. (2021) – Brazil's dangerous battle over fake news. Americas Quarterly, 19 de outubro. Disponível em: <https://americasquarterly.org/article/inside-brazils-dangerous-battle-over-fake-news/>.
- 39 Ver WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. (2022) – Digital 2022 Global Overview Report. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2022/01/digital-2022-another-year-of-bumper-growth-2/>.
- 40 IGARAPÉ INSTITUTE. (2022) – Reviewing digital threats to Brazil's election 2022 – a preliminar typology of narratives. Setembro de 2022.
- 41 Para fins metodológicos, este artigo optou por incluir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na narrativa relacionada ao sistema eleitoral (narrativa 1). Não se desconhece que a Corte eleitoral é uma instituição democrática, mas em razão da sua especificidade, decidimos enquadrá-la na qualificação relacionada a temas puramente eleitorais. Na narrativa relacionada às instituições democráticas (narrativa 2), estão contemplados os três poderes, dentre outros órgãos públicos, com exceção ao TSE.
- 42 O ministro Alexandre de Moraes também foi presidente do TSE no período eleitoral.
- 43 Ver MARTINS, T. (2022) – Fake news nas eleições mudaram o debate público, avaliam especialistas. CORREIO BRAZILIENSE, 19 de novembro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/holofote/2022/11/5051190-fake-news-nas-eleicoes-mudaram-o-debate-publico-avaliam-especialistas.html>.
- 44 Ver VARGAS, M. (2022) – Decisões do TSE sob Moraes devem servir de parâmetro para as próximas eleições. Folha de São Paulo, 5 de novembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/decisoes-do-tse-sob-moraes-devem-servir-de-parametro-para-as-proximas-eleicoes.shtml>.
- 45 A decisão faz parte da Resolução nº 23.714, de 20 de outubro de 2022, disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2022/resolucao-no-23-714-de-20-de-outubro-de-2022>.
- 46 Algumas pesquisas mostram uma tendência dos eleitores de votar em quem eles acreditam que vai ganhar, ou então de não votar se o candidato de sua preferência parece não ter chances de vencer. A narrativa de descrédito nas pesquisas provavelmente foi pensada para evitar esse movimento. Ver GILL, D. (2020) – Voters Often Opt for Candidate They Expect to Win. UCLA Anderson Review, Research Brief, 9 de dezembro. Disponível em: <https://anderson-review.ucla.edu/voters-often-opt-for-candidate-they-expect-to-win/>.
- 47 A Justiça Eleitoral desmentiu essas acusações. Ver TSE. (2022) – Fato ou Boato: Justiça Eleitoral desmentiu as principais fake news sobre o processo eleitoral em 2022. TSE, 27 de outubro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/fato-ou-boato-justica-eleitoral-desmentiu-as-principais-fake-news-sobre-o-processo-eleitoral-em-2022>.
- 48 Comentando uma decisão em Goiás, na qual um açougueiro foi punido por fazer propaganda eleitoral ilegal (por associar seus produtos a Bolsonaro), Eduardo Bolsonaro tuitou: “O promotor ficou muito doído, tem que fazer um teste toxicológico nesse aí”. Ele segue, comemorando que os policiais aparentemente se recusaram a cumprir a ordem do tribunal. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1585970023767560192>.
- 49 Ver BRITO, A. (2022) – Após vitória de Lula, caminhoneiros fecham vias e pedem intervenção militar. CORREIO BRAZILIENSE, 31 de outubro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5048241-apos-vitoria-de-lula-caminhoneiros-fecham-vias-e-pedem-intervencao-militar.html>.
- 50 Ver AFP. (2022) – Milhares de bolsonaristas pedem intervenção militar após vitória de Lula. CARTA CAPITAL, 2 de novembro. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/milhares-de-bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-apos-vitoria-de-lula/>.
- 51 Ver REUTERS. (2022) – Protestos bolsonaristas perdem força e todas as rodovias ficam livres de bloqueios. UOL, 3 de novembro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/11/03/protestos-bolsonaristas-em-rodovias-perdem-forca-e-recuam-em-todo-pais.htm>.
- 52 Ver OLIVEIRA, T. et al. (2022) – Atos golpistas pelo país são inflamados por fake news e Bolsonaro. Folha de São Paulo, 2 de novembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/atos-golpistas-pelo-pais-sao-inflamados-por-fake-news-e-bolsonaro.shtml>.
- 53 Como exemplo, um dos casos que repercutiu mostra um agente da PRF ajudando radicais a cortar uma grade que dava acesso a outra área. Ver UOL. (2022) – Vídeo mostra policial cortando grade para ajudar bolsonaristas; PRF apura. UOL, 1º de novembro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/01/video-agente-prf-corta-grade-caminhoneiros.htm>.
- 54 Ver FONSECA, C. et al. (2022) – Após ordem de Moraes, polícias de ao menos 6 estados começam a desobstruir estradas. Folha de São Paulo, 1º de novembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/apos-ordem-de-moraes-policias-dos-estados-comecam-a-desobstruir-estradas.shtml>.
- 55 Ver UOL. (2022) – Protestos nos quartéis e tiros de guerra ganham caráter de vigília pró-Bolsonaro. UOL, 21 de novembro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/11/21/protestos-nos-quarteis-e-tiros-de-guerra-ganham-carater-de-vigilia-pro-bolsonaro.htm>.

- 56 Ver DE SOUZA, F. (2023) – Mesmo sob chuva, bolsonaristas mantêm acampamento no interior de SP. TAB UOL, 9 de janeiro. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/01/09/mesmo-sob-chuva-bolsonaristas-mantem-acampamento-no-interior-de-sp.htm>. Ver AGÊNCIA O GLOBO. (2023) – Acampamentos bolsonaristas começam a ser desmobilizados; confira a situação nos estados. EXAME, 9 de janeiro. Disponível em: <https://exame.com/brasil/acampamentos-bolsonaristas-comecam-a-ser-desmobilizados-confira-a-situacao-nos-estados/>.
- 57 Porém, ao levar em conta o total de ataques por mês, é possível perceber que os ataques contra Moraes representaram 36% dos casos em agosto, 20% em setembro e 13% em outubro.
- 58 Até 15 de outubro de 2022, duas semanas antes do segundo turno, o TSE havia ordenado a remoção de pelo menos 334 publicações em redes sociais por conter notícias falsas. Ver GALZO, W. (2022) – TSE remove 334 posts sobre presidenciais; 43 decisões foram contra Bolsonaro e aliados. UOL, 15 de outubro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/15/tse-remove-das-redes-sociais-334-postagens-sobre-presidenciais.htm>.
- 59 Ver UOL. (2022) – TSE manda suspender programa de Bolsonaro; fala de ex-ministro do STF é cortada. UOL, 20 de outubro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/20/tse-manda-suspender-programa-de-bolsonaro-fala-de-ex-ministro-do-stf-e-cortada.htm>.
- 60 Ver MESTRE, G. (2022) – TSE determina remoção de vídeo do Brasil Paralelo contra Lula. PODER 360, 13 de outubro. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/tse-determina-remocao-de-video-do-brasil-paralelo-contralula/>.
- 61 Ver MARTINS, L. et al. (2022) – TSE ordena que Jovem Pan exiba direito de resposta de Lula sobre Lava Jato. UOL, 28 de outubro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/28/jovem-pan-lula-direito-de-resposta-eleicoes.htm>.
- 62 As expressões mais utilizadas pelos críticos das decisões do Judiciário brasileiro, denotando uma postura ativa desse poder, são “ditadura judicial”, “ativismo judicial”, “ditadura da toga”, entre outras. Ver LIMA, S. (2022) – Bolsonaro reage nas redes sociais a operação da PF e fala em “ditadura de toga”. ESTADÃO, 15 de dezembro. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaristas-reagem-nas-redes-sociais-a-operacao-da-pf-e-falam-em-ditadura-de-toga/>.
- 63 Ver CORREIO BRAZILIENSE. (2022) – Bolsonaro chama Lula de “mentiroso, corrupto, bandido e sem caráter”. CORREIO BRAZILIENSE, 9 de outubro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5043127-bolsonaro-chama-lula-de-mentiroso-corrupto-bandido-e-sem-carater.html>.
- 64 Ver PODER 360. (2022) – Bolsonaro volta a associar Lula ao PCC no Twitter. PODER 360, 24 de agosto. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-volta-a-associar-lula-ao-pcc-no-twitter/>.
- 65 Ver SILVA, G. (2022) – Guerra nas redes associa Bolsonaro a canibalismo. VEJA, 5 de outubro. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/guerra-nas-redes-associa-bolsonaro-a-canibalismo/>.
- 66 Ver MORATELLI, V. (2022) – O comentário de Bolsonaro que o associou à pedofilia. VEJA, 16 de outubro. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/o-comentario-de-bolsonaro-que-o-associou-a-pedofilia/>.
- 67 Ver ALBUQUERQUE, M. (2022) – Guerra santa: vídeo de Bolsonaro em maçonaria viraliza nas redes sociais. CORREIO BRAZILIENSE, 4 de outubro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041935-guerra-santa-video-de-bolsonaro-em-maconaria-viraliza-nas-redes-sociais.html>.
- 68 Ver BARBON, J. (2022) – Datafolha: Lula sustenta votos no Nordeste, e Bolsonaro, no Sudeste. Folha de São Paulo, 15 de outubro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-sustenta-votos-no-nordeste-e-bolsonaro-no-sudeste.shtml>.
- 69 As publicações que associavam Lula à perseguição aos cristãos e ao apoio à ditadura na Nicarágua foram feitas por importantes nomes da direita no país, como Flávio e Eduardo Bolsonaro. Ver COELHO, G. (2022) – Ministro do TSE manda remover postagens que associam Lula à ditadura na Nicarágua. CNN BRASIL, 4 de outubro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministro-do-tse-manda-remover-postagens-que-associam-lula-a-ditadura-na-nicaragua/>.
- 70 Ver G1. (2020) – 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. G1, 13 de janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>.
- 71 Ver NOBLAT, G. (2022) – Na caça ao voto religioso, uma guerra santa irrompe (por Juan Arias). METRÓPOLES, 10 de outubro. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/na-caca-ao-voto-religioso-uma-guerra-santa-irrompe-por-juan-arias>.
- 72 Disponível em <https://www.facebook.com/ZambelliOficial/videos/crueldade-com-as-nossas-criancas%3A7as/417499797239245/>.
- 73 Discurso de Damares Alves disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HqFpedp1NKQ>; Posteriormente, em 18 de outubro, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou um convite para que Damares Alves prestasse informações sobre os crimes por ela citados. Ver AGÊNCIA SENADO. (2022) – Damares será convidada a esclarecer supostos abusos contra crianças em Marajó (PA). SENADO NOTÍCIAS, 18 de outubro. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/18/damores-sera-convidada-a-esclarecer-supostos-abusos-contra-criancas>.
- 74 As iniciativas citadas estão descritas na página 27 deste documento.
- 75 Ver TSE. (2022) – Combate à desinformação: TSE derruba mais de uma centena de postagens com narrativas enganosas. TSE, 29 de outubro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/combate-a-desinformacao-tse-derruba-mais-de-uma-centena-de-postagens-com-narrativas-enganosas>.
- 76 Ver MUGGAH, R; MARGOLIS, M. (2023); e MARGOLIS, M; MUGGAH, R. (2023).
- 77 Decreto 11.328/2023: “Art. 47. À Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia compete: (...) II - representar a União, judicial e extrajudicialmente, em demandas e procedimentos para resposta e enfrentamento à desinformação sobre políticas públicas”. Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11328.htm.

- 78 Ver TSE. (2022) – TSE e plataformas digitais assinam acordo nesta terça-feira (15). TSE, 14 de fevereiro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-e-plataformas-digitais-assinam-acordo-nesta-terca-feira-15>.
- 79 Ver GLOBAL WITNESS. (2022) – Facebook fails to tackle election disinformation ads ahead of tense Brazilian election. GLOBAL WITNESS, 15 de agosto. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/digital-threats/facebook-fails-tackle-election-disinformation-ads-ahead-tense-brazilian-election/>.
- 80 Ver CAMPOS MELLO, P; GALF, R. (2022) – TSE dá ordens em série para derrubar grupos golpistas que se multiplicam nas plataformas. Folha de São Paulo, 1º de novembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/tse-da-ordens-em-serie-para-derrubar-grupos-golpistas-que-se-multiplicacao-nas-plataformas.shtml>.
- 81 Ver FANTÁSTICO. (2023) – Convocação para ataques dos bolsonaristas radicais em Brasília foi pública, em redes sociais, ao longo e vários dias; entenda. O GLOBO, 8 de janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/08/convocacao-para-ataque-dos-bolsonaristas-radicaais-em-brasilia-foi-publica-em-redes-sociais-ao-longo-de-varios-dias-entenda.ghtml>.
- 82 O Pacto pela Democracia é uma iniciativa da sociedade civil com o objetivo de defender e aprimorar a práticas democráticas no Brasil. Formado por um grupo plural de movimentos, organizações (mais de 150) e atores sociais relevantes, o Pacto busca construir um espaço de expressão, resgate e aprofundamento de práticas e valores democráticos diante dos desafios enfrentados pelo Brasil nos últimos anos.
- 83 Ver FOLHA DE SÃO PAULO. (2022) – Rede Pacto pela Democracia entrega carta em apoio ao TSE para Alexandre de Moraes. Folha de São Paulo, 23 de agosto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/08/rede-pacto-pela-democracia-entrega-carta-em-apoio-ao-tse-para-alexandre-de-moraes.shtml>.
- 84 Ver BRONZATI, A. (2022) – Senado dos EUA aprova resolução que pede eleição livre no Brasil e repudia golpe. ESTADÃO, 28 de setembro. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/senado-dos-eua-aprova-resolucao-que-pede-eleicao-livre-no-brasil-e-repudia-golpe/>.
- 85 Ver G1. (2022) – Michelle Bachelet, da ONU, expressa preocupação com ataques de Bolsonaro às urnas e violência na campanha eleitoral. G1, 25 de agosto. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/25/michelle-bachelet-da-onu-expressa-preocupacao-com-ataques-de-bolsonaro-as-urnas-e-violencia-na-campanha-eleitoral.ghtml>.
- 86 Ver FOLHA DE SÃO PAULO. (2022) – Manifesto com 119 políticos de 23 partidos pela democracia é entregue ao STF. Folha de São Paulo, 10 de agosto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/08/manifesto-com-119-politicos-de-23-partidos-pela-democracia-e-entregue-ao-stf.shtml>.
- 87 Ver SHALDERS, A. (2022) – PDT de Ciro Gomes pede cassação da chapa de Bolsonaro por usar Planalto para pedir voto em live. ESTADÃO, 22 de agosto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pdt-de-ciro-gomes-pede-cassacao-da-chapa-de-bolsonaro-por-usar-planalto-para-pedir-voto-em-live/>.
- 88 Ver MOTTA, R; ORTEGA, P. (2022) – Partidos vão ao TSE contra uso político do 7 de Setembro por Bolsonaro; juristas veem abuso de poder econômico. Estadão, 7 de setembro. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/especialistas-bolsonaro-abuso-de-poder-7-de-setembro/>.
- 89 Ver NETTO, P. R. (2022) – PT aciona STF após Eduardo chamar quem tem arma para campanha de Bolsonaro. UOL, 6 de setembro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/09/06/pt-aciona-stf-apos-eduardo-chamar-quem-tem-arma-para-campanha-de-bolsonaro.htm>.



Autoras

Carolina Taboada

Pesquisadora da área de Segurança Pública e Política de Drogas

Maria Eduarda Assis

Assessora Jurídica

Marina de Alkimim

Pesquisadora da área de Segurança Pública, Política de Drogas e Espaço Cívico

Camila Godoy

Assessora

Equipe de Comunicação

Maísa Diniz

Gerente de Comunicação

Ana Carolina Duccini

Coordenadora de Comunicação Institucional

Raphael Durão

Coordenador Criativo

Murilo Xavier Lima

Designer Gráfico

André Guttierrez

Estagiário de Design

Processo editorial

Renata Giannini

Pesquisadora especialista em gênero, com foco na agenda sobre mulheres, paz e segurança na América Latina

Robert Muggah

Co-fundador e Chefe de Inovação

Mac Margolis

Jornalista

Revisão

Melina Riso

Diretora de pesquisa

Tradução

Ricardo Romanoff



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Apoio:



Ard-Chonsalacht na hÉireann | São Paulo
Consulate General of Ireland | São Paulo
Consulado-Geral da Irlanda | São Paulo

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br/en

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank